



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

CPI - BIOPIRATARIA		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 1624/05	DATA: 19/10/2005
INÍCIO: 15h16min	TÉRMINO: 18h49min	DURAÇÃO: 03h17min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 03h17min	PÁGINAS: 81	QUARTOS: 40

DEPOENTE/CONVIDADO – QUALIFICAÇÃO

AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – ex- associado da ACT – Amazon Conservation Team, em Canarana, Estado de Mato Grosso.
OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia.

SUMÁRIO: Tomada de depoimentos.

OBSERVAÇÕES

A reunião foi suspensa e reaberta.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Declaro aberta a 46ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o tráfico de animais e plantas silvestres brasileiros, exploração e comércio ilegal de madeira e biopirataria no País.

Encontram-se sobre as bancadas cópias das atas da 45ª reunião.

Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura das referidas atas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Havendo manifestação no sentido da dispensa da leitura das atas, pelo Deputado Dr. Rosinha, coloco-as em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-las, em votação.

Os Srs. Deputados que as aprovam, por gentileza, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não aprovadas?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não. Estamos votando contra a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não há esse caráter deliberativo de derrubar a ata. Nós temos que fazer, então, as correções das atas. A reunião não pode ficar sem ata.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, mas estamos votando contra a ata e não estamos nem pedindo correção. É contra a ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ocorre que essa figura de deixar uma reunião sem ata não existe no Regimento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, nós aprovaremos a ata, retirando todo e qualquer requerimento. Não concordamos com os requerimentos que foram aprovados na última reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Então, nós poderemos fazer o seguinte: o que ocorreu na ata, o que ocorreu no dia não dá para se tirar. O que nós poderemos é colocar a manifestação...



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim..

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A CPI está... nós tivemos uma conversa muito recente, muito franca, na qual foram feitos alguns acordos com o Relator, Deputado Sarney Filho, que não foram cumpridos. Alguns dos requerimentos que nós tínhamos acordado que não seriam votados foram votados. A CPI pediu nova prorrogação, sem nenhum debate no plenário desta Comissão. Não houve debate de trabalho nesta Comissão para se dizer: nós vamos prorrogar a CPI porque o objetivo nosso é este, este, este. Não houve esse debate. Então, não tendo esse debate, nós, Parlamentares, conversamos aqui entre nós e chegamos à conclusão de que nós não vamos aprovar a ata, justamente para fazer o debate que é necessário ser feito. Porque não dá para existir uma CPI que tem um caráter quando foi instituída, que tem um roteiro de trabalho, que foi apresentado pelo Deputado Sarney Filho, e que hoje — desculpe o termo simples e popular — estamos correndo atrás do próprio rabo: a pirataria continua, o desmatamento continua, o tráfico de animais continua, e nós aprovamos requerimento com 20 nomes e chamamos 5. Não se aprofunda, o Relator, muito ausente. Não há como fazer um relatório se está ausente em mais de 50% das oitivas. Então, é uma CPI que nem o Relator tem interesse nela. Se o Relator não tem interesse nela, para que nós vamos ficar aqui? Então, nós estamos votando contra a ata.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Sr. Presidente, vai falar o Zé Geraldo, primeiro?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Como melhor lhes aprouver.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES – Vá, Zé Geraldo. Eu? Obrigado, Zé Geraldo.

Sr. Presidente, realmente há preocupação muito grande de nós termos aqui aproveitamento, eficácia, eficiência dos trabalhos presididos por V.Exa. Mas o que nós estamos verificando é que a nossa CPI está se estendendo sem atingir o objetivo que todos nós desejamos. Cada vez que vimos aqui se apresenta novo rol



de pessoas para virem testemunhar. Nós temos aqui uma síntese de que na última audiência, realizada no dia 16 de fevereiro de 2005 — Requerimento nº 43 —, foi aprovado um rol de 33 pessoas. Oito meses depois, apenas 6 pessoas foram ouvidas, faltam 27. E, logo em seguida, um outro requerimento aprovando — o 127, o 145 e o 150 — mais 21 pessoas.

Então, há um rol de pessoas a ser ouvidas e não tem contribuído, ao longo desse tempo, para que realmente nós tenhamos a eficiência e a eficácia do trabalho desenvolvido e tão bem presidido por V.Exa.

Portanto, nós gostaríamos até que o Relator estivesse aqui conosco — deve estar com outros afazeres. Eu sei que não é fácil. Nós estamos com várias coisas para fazer, como V.Exa., mas que o Relator pudesse nos atender em uma sugestão: que caminhássemos todos, agora, para a execução do relatório, e colocarmos o relatório para votação. E aí, aquilo que não conseguirmos mais apurar, que seja encaminhado para os órgãos competentes, Polícia Federal, Ministério Público. Mas nós já demos a nossa grande contribuição.

E aqui falo com muita preocupação. Estive até consultando o Dr. Mozart Vianna, que, como V.Exa. bem sabe, é uma pessoa especialista no Regimento desta Casa. Eu fui, preocupado, perguntar a ele, até para meu aprendizado, como conduzir essas questões. Ele me disse: “Olha, Deputado, o art. 48 do Regimento Interno é muito claro: quando se começa na sessão ordinária, na sessão aberta, e, depois, se deseja transformar para reservada ou secreta, tem que haver, necessariamente, a votação expressa dos Parlamentares”. Ele me orientou nesse sentido. Falei: então eu preciso aprender mais um pouquinho ainda. Então, fico preocupado que nós, sob pena de atropelarmos todo esse processo — repito, com muita probidade, como V.Exa. vem conduzindo —, percamos o rumo da história.

E, finalmente, em nome do Partido Liberal — aqui autorizado a falar pelo Partido Liberal —, nós gostaríamos de ver encerrada a discussão desta questão e tratar do relatório para apresentar porque o dia 22, agora, seria o prazo final, segundo informações que eu tenho aqui, até para que possa ser corrigido. E mais 3 meses — quantos meses solicitaram agora? —, mais 2 meses, acabar o ano. Nós temos tanta coisa tão importante quanto esta para resolver. Portanto, o Partido Liberal se posiciona com a sua expressa vontade de encerrar agora todos os



depoimentos, trabalharmos o que temos, constituirmos um relatório firme e apresentar às autoridades aquilo que não conseguimos traduzir para o nosso relatório.

É o nosso posicionamento. Obrigado pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, eu queria fazer a minha manifestação e dizer que, na minha avaliação, nós fizemos um acordo, logo após aquela matéria, última matéria da *Veja*, na qual a revista fez menção a um relatório do Sarney Filho, relatório parcial — e não havia nem necessidade de ter tido aquele relatório —, e nós já havíamos nos expressado aqui que o relatório era exatamente para contribuir com a matéria da revista *Veja*, e foi o que aconteceu. Logo na sessão posterior, que não me lembro a data, nós fizemos um debate neste plenário. Eu inclusive cheguei a fazer uma proposição — V.Exa. deve estar lembrado — de que se fosse para conduzir por mais tempo esta CPI, que fosse fazê-la de forma suprapartidária, que nós, então, transferíssemos esta CPI para a cidade de Altamira durante uns 3 dias porque eu teria muitas pessoas a serem convocadas, que até agora não vieram à CPI. Inclusive pessoas que vieram mentir aqui nesta Mesa, que deveriam ser reconvocadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Bom. Houve então o acordo de que não haveria mais necessidade, até porque havia um requerimento que convocava algumas pessoas, inclusive de Anapu e da região, do mesmo local. Estão todos aqui, inclusive o Regivaldo, que está preso em Belém. Está certo? O Regivaldo Galvão. Inclusive está aqui na lista. Tudo bem. Então, o que se acordou naquela reunião? Espero que a ata daquela reunião relate isso. Acordou-se o quê? Que faríamos um relatório, encaminháramos para o IBAMA e para a Polícia Federal, e que essas pessoas não seriam mais convocadas a dar depoimento. Numa sessão posterior, esse requerimento foi colocado em votação. Olha, se fosse para aprovar outro requerimento, eu teria apresentado também requerimento para convocar aquelas pessoas que eu penso deveriam ser ouvidas. Então, eu penso que não foi correto o procedimento. V.Exa. estava presidindo. Reclamei com o Relator, ele disse



que não tinha culpa nenhuma que foi V.Exa. que procedeu daquela forma. Eu me sinto prejudicado. Agora, faz-se uma visita a Belém e a Altamira convocando essas pessoas aqui, do mesmo local, para falar do mesmo assunto. Estamos fartos dessas denúncias. E a CPI vai para lá para fazer uma coisa que nós fechamos aqui, está registrado em ata, naquela reunião. Então, isso é uma brincadeira. Eu me sinto aqui desrespeitado como membro desta CPI. Quer dizer, eu propus à CPI: vocês querem continuar ouvindo pessoas? Vamos fazer uma coisa suprapartidária, vamos convocar quem está falsificando ATPF, vamos convidar a ASSEFA, que está falsificando nota fiscal lá na região, vamos convocar quem está ameaçando o executor do INCRA de morte. Pode ler a ata que está tudo aí — se é que as coisas estão sendo bem registradas. Aí eu me surpreendo quando eu chego aqui — eu estava até ausente desta reunião — e vejo que foi feito o contrário daquilo que nós combinamos. Então, houve um rompimento de acordo. Pode pegar a ata e fazer a leitura. O combinado aqui foi que acabaria naquela sessão o assunto do Plano Safra Legal, o assunto do Anapu. E nós estamos indo exatamente a Belém e a Altamira só para ouvir pessoas relacionadas a esse tema. Então, eu não posso concordar com esse procedimento. E depois o pedido de prorrogação da CPI não passou pelo plenário. E o Regimento é muito claro com relação a isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Alguém mais com a palavra? (*Pausa.*)

Bom, vamos começar pela ata. Não havendo anuência em relação à ata, nós não temos como aprová-la. Vamos, se todos estiverem de acordo, aceitar a sugestão do Deputado Dr. Rosinha de, em primeiro lugar, condicionar a volta da discussão dessa ata... Vai ficar sem nada... sem ata. Não foi aprovada a ata, ficou um vazio. Nós vamos condicionar... voltar a discutir a ata desta reunião somente depois desse acordo... de voltar a se discutir esse acordo. Porque, nas colocações do Deputado Zé Geraldo, não foi mantido esse acordo que havia sido costurado inicialmente, não foi, foi quebrado o acordo. Portanto, nós temos que voltar a discuti-lo. Isso em relação à ata.

Mais alguma observação?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Depois quero discutir os demais assuntos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Em relação à ata, mais alguma coisa?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Em relação à ata, V.Exa. disse que ela não pode ser rejeitada. A nossa vontade é rejeitar a ata. Aqui não tem ata da reunião. No entanto, não tem a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É, mas, de qualquer forma, nós somos obrigados a deixar, tanto num caso como no outro, a deixar sem ata. Não tem como ter ata se a ata não foi aprovada. Portanto, nós temos que voltar...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Se a ata não foi aprovada, as deliberações da reunião tampouco foram aprovadas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É diferente. Nós temos que voltar a discutir a ata. As deliberações da reunião constam numa prova taquigráfica e poderão vir a ser usadas, assim como poderão ser derrubadas numa reunião posterior se houver uma nova deliberação. Eu gostaria de dizer que, se nós vamos partir para um acordo, eu gostaria de submeter à consideração de todos que as convocações e aquilo que seja motivo de dúvida dessa reunião fique em suspenso, para que nós não entremos num atrito, aqui, que não vai permitir o encaminhamento de nada. Suspendemos essas convocações — não preciso convocá-las, por enquanto — e deixamos até haver esse entendimento que unifique o comportamento de todos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Eu vou falar por mim. Antes, na hora de rejeitar, eu até falei que era vontade nossa rejeitar coletivamente. Eu vou falar por mim, após esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Por mim, a ata foi colocada em votação e foi rejeitada. É essa a minha interpretação. Se a interpretação for outra, eu entendo que a outra interpretação nós vamos ter que negociar. Essa é uma questão.



E a segunda questão de ordem que eu faço é: o art. 35, § 3º, estabelece as prorrogações de CPIs e estabelece que elas têm que ser aprovadas no plenário da Comissão para depois serem encaminhadas à Presidência da Câmara para que a Presidência aprove no plenário da Câmara.

Consulto a V.Exa.: qual a interpretação que esta Comissão está dando ao pedido de prorrogação, de vontade do Presidente, sem consultar o Plenário? Já é um outro ponto, além da ata, que eu coloco também em debate.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente...

O SR. DEPUTADO DR. RIBAMAR ALVES - Sr. Presidente, só uma questão de ordem. Eu gostaria de fazer uma questão de ordem em relação à assessoria da Mesa porque ele, repetidamente, fica insinuando, aí da mesa, que não pode ser desaprovada a ata. Se não pode ser desaprovada, por que se coloca em votação? *(Pausa.)* Para que colocar em votação? Para quê?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Eu queria, em primeiro lugar, responder a essa questão. Com a palavra o Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, quero apenas dar a sugestão, em face das questões levantadas por todos, de que pudéssemos ter aí uma reunião interna da Comissão. Eu acho que não ficou bem esclarecido aquilo que o Deputado Zé Geraldo especificou, possivelmente na reunião anterior. E talvez que nós pudéssemos sentar com todos os membros da CPI, numa reunião interna, para definir direitinho os critérios, os procedimentos, os próximos passos. Seriam minhas sugestões.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Foi inicialmente a sugestão feita de outra forma pelo Deputado Dr. Rosinha. Quanto à sua observação, é o seguinte: coloca-se em votação para que se discuta se o teor do que está na ata corresponde àquilo que realmente ocorreu ou se quem elaborou a ata não está deixando de colocar detalhes importantes ou está colocando coisas que não ocorreram. Então, esta é razão de se ter que aprovar uma ata. Quando se tem os registros taquigráficos e até a gravação, se houver alguma dúvida, cada um tem o direito de recorrer a essas gravações ou a esses registros taquigráficos.

Vou dar um exemplo: o Deputado Zé Geraldo acaba de citar, eu já pedi que nos trouxessem os registros taquigráficos ou a reunião degravada da reunião



passada para verificar o momento em que houve a aprovação desses requerimentos. Porque realmente, pelo que me recordo, esses requerimentos foram colocados como absolutamente normais, entraram sem nenhuma contestação e foram colocados na pauta sem nenhum destaque e aprovados naturalmente sem a minha interferência direta.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, mas aí a questão é outra. A questão é outra. A questão é que na penúltima, na reunião anterior a essa, nós, na reunião, todos os Parlamentares fechamos um acordo aqui — isso deve estar registrado em ata — de que esse Requerimento aqui, de nº 14, não seria mais aprovado. Essas pessoas não seriam mais convocadas em função da ida da CPI para Altamira. Porque se fosse assim eu teria convocado umas 10 pessoas para depor agora em Altamira. Em função do acordo, eu não apresentei o meu requerimento convocando essas pessoas. Nessa reunião aqui, a Assessoria da Mesa coloca esse requerimento em votação, sendo que nós acordamos que não era mais para convocar ninguém. Este é o problema. Então, não é só a questão de verificar. O erro maior dessa ata é esse daqui. É a aprovação desse requerimento que nessa viagem que está sendo prevista para o final do mês essas pessoas todas serão convocadas para depor em Belém e Altamira. Eu teria umas 10 ou 15 para serem ouvidas nessa viagem. Eu não coloquei requerimento porque teve um acordo. Isso daqui não precisa recorrer às atas. Todo mundo discutiu assim. O acordo era que nós mandaríamos um relatório para o IBAMA e para a Polícia Federal, e fim de papo nesse caso aqui! Agora eu estou...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Encerraria o caso de Altamira. Continuariam os outros assuntos.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Encerraria o caso. Ficou encerrado, para mim, naquele dia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Eu imagino que isso não tenha constado aqui da ata da reunião — não da passada, da outra anterior, a do dia 21 — por ter sido um acordo de cavalheiros, um acordo político, que não constou da ata. Em função disso é que não deve ter sido observado. Não houve má-fé. Imagino que não tenha havido, absolutamente, nenhuma má-fé nesse caso. Eu acho que isso aí tem que ser... a discussão desse



requerimento.... pode voltar a ser discutido. Vamos promover essa reunião para um entendimento político sobre esse assunto. Portanto, não é um assunto definido. E também abrir novamente a oportunidade de o Deputado Zé Geraldo, se desejar... Nós todos assinaremos extrapauta, para que votemos também a oitiva das pessoas como melhor lhe aprouver.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Falta a discussão da prorrogação, se V.Exa. me permite.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Claro, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Mais algum assunto antes?

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Não, por favor, conduza. Eu falarei depois.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quanto à questão da prorrogação, já foi levantada na reunião passada. Nós fizemos uma consulta à Mesa e à Assessoria da Comissão de Constituição e Justiça, que nos encaminhou parecer dizendo que a aprovação prévia aqui na Comissão não é fator absolutamente indispensável para que possamos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - É indicativo, indicativo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) —... requerer a aprovação, pela Mesa, da continuação dos trabalhos. O requerimento foi feito e, com isso, já tem uma autorização da Presidência no sentido de prorrogar por 60 dias — não é isso? —, portanto até o dia 21 de dezembro. Encerra-se agora esse prazo. A sua pergunta, por favor. Deputado Coronel Alves.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Obrigado. Sr. Presidente, justamente no aprendizado e na busca de nós mantermos aqui a lisura nos nossos trabalhos na sessão anterior. Eu gostaria de fazer uma pergunta à Assessoria, se o Relator estava presente, independentemente, não é questão de estar presente ou não, mas a presença do Relator... O Deputado Sarney Filho estava presente? (*Pausa.*) Ele não estava presente, não é verdade? Então, eu acredito que seja exatamente isso, porque quando conversamos com o Relator, houve entendimentos políticos sobre isso. Ele já havia aquiescido em não apresentar esses requerimentos



de convocação de mais uma turma de pessoas, haja vista que o próprio Relator, no seu entendimento — e ele não está aqui presente, mas eu penso que poderá externar no momento adequado a sua opinião — de que já não havia mais necessidade de chamar esse outro grupo de pessoas, uma vez que estamos aí com 27 mais 14, quase 51, pessoas para serem ouvidas e, aí, convocar mais um grupo de 15, 20 pessoas, entendeu o Relator que não era necessário. Justamente na sua ausência, foi encaminhado o requerimento. Penso eu que se ele estivesse presente, ele mesmo, de ofício, teria retirado, porque houve o acordo político, houve a discussão política com relação a esse tema. Este é um tema. Mas, mesmo assim, nós temos aqui um dado também que eu gostaria de consultar o Dr. Saulo, que o Deputado Leonardo Monteiro fez um questionamento, no momento da aprovação dos requerimentos, que não havia *quorum* suficiente presente — repito, *quorum* suficiente presente. De repente, pode ter dado *quorum* como agora estou sendo chamado lá na Comissão de Segurança Pública. Mas não havia o *quorum* presente necessário para aprovação do requerimento. E aí é mais uma explicação, é uma questão de ordem para que eu pudesse me orientar. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Como sabe o Deputado, o *quorum* é aferido de duas formas. Uma é pela lista de presença, e a segunda é por provocação de algum Deputado que, naquele momento, requeira uma votação nominal e que, com isso, suspenda praticamente a continuidade dos trabalhos se comprovada a ausência de Deputados de forma a não continuar persistindo com o número mínimo necessário para o funcionamento da sessão ou para a votação.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Sr. Presidente, ...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Por favor, Deputado Zé Geraldo, eu ainda não terminei. Justamente por isso que da ata que estamos discutindo não consta essa citação do Deputado Leonardo Monteiro. Essa é uma questão, que ele não consta. E, aproveitando a sua explicação, Sr. Presidente, de que existem duas maneiras de nós realizarmos — mais um aprendizado, eu lhe agradeço —, a presença da lista e a presença por provocação, por votação nominal, é aí que vem meu questionamento. No art. 48, quando nós estamos transformando sessões ordinárias, vou chamá-las assim, em sessões reservadas ou secretas, sem que haja



manifestação expressa de todos os Parlamentares, havendo apenas a lista de presença, nos parece — e aí eu repito, a consulta foi ao Dr. Mozart Vianna, pode haver igual a ele, mas mais do que ele não conheço ninguém, quem conhece muito o Regimento está do meu lado, o Arnaldo, tenho aprendido muito com ele —... e disse-me que sim, para transformação, para deliberarmos a transformação de sessões precisa, obrigatoriamente, da votação manifesta dos Parlamentares. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não. Com a palavra o Deputado Arnaldo Faria de Sá.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Com todo respeito ao Coronel Alves, na realidade é o seguinte: o Presidente está correto. Tendo *quorum* para instalar a sessão, qualquer matéria pode ir a voto. A votação é simbólica, aquele *quorum* é suficiente. Se alguém discordar tem de pedir a verificação de *quorum*. Em não havendo pedido de verificação de *quorum*, subentende-se que o *quorum* inicial preserva a decisão. Essa é a resposta do Presidente Antonio Carlos Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Não é o entendimento do Dr. Mozart. Eu levantei, exatamente, essa posição que você levantou e ele disse: Não, obrigatoriamente tem de ter a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim, mas houve a votação.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Houve, sim, mas eu tenho certeza de que ele não disse que a votação, obrigatoriamente, é nominal. Ele disse que precisa votação, que é o que diz o Regimento.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Precisa ser provocada. Na nominal, tem de ser provocada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Está na ata, inclusive nessa que acabou não sendo votada, que foi colocada em votação, tendo sido aprovada. Não houve a votação nominal porque ninguém a requereu.



O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - A quebra de sigilo que não tenha respeitado essa condição já foi tornada sem efeito para a própria Comissão. Eu mesmo assinei o requerimento do Coronel Alves nesse sentido.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Aí é um outro detalhe. Agora, a única votação de ofício, nominal, é quando você quer incluir extrapauta uma matéria que não está na pauta, obrigatoriamente tem de ser nominal, de ofício, independente da vontade do Sr. Presidente. Do contrário, não há necessidade, a não ser que haja pedido de verificação. Parabéns, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Obrigado. Na seqüência, nós vamos fazer uma retrospectiva do assunto chave, que foi aquele que provocou toda essa discussão, que redundou na suspensão da aprovação desta ata aqui até um posterior acordo. Nós estamos de acordo, se todos assim anuírem, em proceder, com a presença do Relator, a uma reunião para discutir, inclusive, essas pessoas que poderão vir a ser convocadas ou deixar de ser convocadas para essa oitiva que vamos proceder lá no Estado do Pará. Por isso, vamos tentar marcar, ainda hoje, essa reunião, se possível para amanhã, a fim de ganharmos tempo, ou faremos isso já com uma agenda pré-deliberada na próxima semana. De preferência, ainda esta semana. Gostaríamos de dar seqüência à reunião, se vocês estiverem de acordo, ouvindo, em virtude da aprovação de requerimento de autoria do Deputado Dr. Rosinha, o Sr. Otávio Nolasco de Farias, proprietário da Fazenda Serra Branca, no Raso da Catarina, Estado da Bahia, e o Sr. Amauri de Oliveira Nunes, ex-associado da Amazon Conservation Team — ACT, em Canarana, Estado de Mato Grosso. Convido, inicialmente...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sr. Presidente, desculpe-me interrompê-lo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Pois não.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - E como ficou a questão da ata?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - A questão da ata, como ela não foi discutida, não foi aprovada, e se recusaram a colocar quais



são os pontos da ata dos quais há discordância, nós já colocamos que o fato de não aprovar a ata não anula a reunião. Colocar uma ata em votação...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Mas eu queria que V.Exa. colocasse a ata em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Sim. Nós colocamos, inicialmente, a ata em votação, ela foi rejeitada e nós, imediatamente, pedimos...

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ - Sim. Mas agora, com as explicações de V.Exa., eu quero que o senhor coloque a ata em votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Podemos até colocá-la. Nós queríamos, inicialmente, discutir o seguinte: a votação de uma ata, o fato de não haver... Digamos que a ata não seja aprovada, não significa anular a reunião. A reunião existiu, há notas taquigráficas, há gravação, não anula uma reunião. Votar uma ata é para discutir se a ata corresponde ao que ocorreu, se quem elaborou a ata não deixou de colocar um fato relevante ou se colocou algum fato que não corresponde à realidade. É isso que se discute, se a redação corresponde à realidade. Se uma ata for rejeitada, implica que alguém deve dizer assim: "*Esse fato aqui é falso, não ocorreu*". E apontar o fato, está certo? Esse é o fato. No entanto, houve um pedido do Deputado Dr. Rosinha de só colocar em votação a ata após um entendimento político.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Mas qual é a explicação? Eu gostaria que V.Exa. colocasse em votação a ata.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Sr. Presidente, eu, ao contestar a ata, citei o fato do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Não corresponde à realidade?

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO – Não, porque... Muito pior, a ata registra um fato que não era para ter acontecido, que é o requerimento. Esse requerimento entrou em pauta, foi votado, está registrado aqui, depois de um acordo que nós fizemos para ele não entrar mais em votação. Isso aqui é pior do que... Como é que uma Comissão faz um acordo com o Presidente da Comissão, com o Relator



presente, com os Deputados, e na próxima sessão descumpra tudo e coloca o requerimento que acordamos que não entraria em pauta?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Se houver anuência, Deputado Arnaldo Faria de Sá, gostaríamos de deixar esta ata para ser votada numa próxima reunião, junto com a ata desta reunião.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Eu queria votar a ata agora, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Neste caso, é regimental. Vamos colocar em votação a ata da 45ª reunião.

Em discussão.

Alguém gostaria de discutir a ata? (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, vamos partir para a votação.

Os Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Seis votos contrários.

A ata foi rejeitada.

O SR. DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ – Sr. Presidente, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Verificação de votação.

As verificações de votação ocorrem em relação a proposições. Partindo da pressuposição de que uma ata não é uma proposição, nós não vamos levar em conta a solicitação do nobre Deputado Arnaldo Faria de Sá de verificação. Solicito ao Plenário, em relação à ata que não foi aprovada, que os Deputados que rejeitarem a ata apresentem os pontos que não correspondem à realidade, para que a ata seja modificada e recolocada com as modificações propostas, novamente submetida à consideração do Plenário.

Convido o Sr. Amauri de Oliveira Nunes a tomar assento à mesa.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não, Deputada Neyde Aparecida.



A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA - Eu não ouvi bem qual foi o artigo que V.Exa. citou para dizer que não podemos solicitar a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Art. 100.

Sr. Amauri de Oliveira Nunes, solicito que preste juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Eu gostaria que V.Exa. lesse o artigo, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Pois não.

“As proposições poderão consistir em proposta de emenda à Constituição, projeto, emenda, indicação, requerimento, recurso, parecer e proposta de fiscalização e controle”.

A SRA. DEPUTADA NEYDE APARECIDA – Este é o parágrafo?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Este é o parágrafo. Parágrafo 1º do art. 100, que define aquilo que é proposição.

De conformidade com o art. 203 do Código de Processo Penal, solicito ao Sr. Amauri de Oliveira Nunes que preste o juramento.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Sr. Presidente, por que em Comissão comum, que não de Inquérito, votada a ata, pede-se verificação e, não tendo *quorum*, a sessão cai? E por que nesta não? Não, eu já vi verificação de votações. Eu estou aqui só há 6 anos, mas já vi várias verificações de votações de atas e já vi várias sessões caírem em verificação de ata. Por que aqui nesta Comissão não?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A verificação de *quorum* é em alguma votação de alguma proposição, em alguma deliberação que nós tenhamos. Por exemplo, vamos deliberar um requerimento. Se faz... Hoje nós temos requerimentos aqui para deliberar. Antes do requerimento, ou quando formos votar esse requerimento — nós temos mais um requerimento aqui, não é isso? Temos mais requerimentos na pauta de hoje — nós podemos, antes dessa votação, deliberar sobre a questão da presença, da verificação de presença.

Mais próximo, por favor.



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha das penas cominadas ao crime de falso testemunho, assim descrito no Código Penal: “Art. 342 - Fazer afirmação falsa ou negar ao falar a verdade como testemunha. Reclusão de 1 a 3 anos e multa”.

Com a palavra o Sr. Amauri de Oliveira Nunes, por até 20 minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu passo a palavra para perguntas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Perfeito. Está ótimo. Deputado Casara, V.Exa. poderia fazer as perguntas do Relator, por gentileza? (Pausa.)

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Amauri, são as perguntas do Sr. Relator. Primeira pergunta: quando V.Sa. trabalhou para a ACT? Há quanto tempo V.Sa. trabalhou para a ACT?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – No período de 3 anos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Que tipo de trabalho V.Sa. desempenhou?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu assessorava os pequenos projetos da ACT em Canarana.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Esses serviços eram remunerados?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - V.Sa. era associado ou funcionário da ACT?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Associado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - V.Sa. poderia detalhar como foi sua relação desde o início com a ONG, com a entidade, em especial, com o Sr. Vasco Marcus Roosmalen?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Por intermédio de um amigo, que é índio do Xingu, que é o Kotoki Kamaiurá, ele sempre relatava que tinha um amigo que precisava, que sempre ia ajudar ele e, aí, naquele período de 2000, ele me convocou, fez um convite para a gente encontrar com o Vasco aqui em Brasília no aeroporto. E nós, tomando um ônibus de Canarana até Brasília, encontramos com o Vasco e, nesse momento, o Vasco propôs muitas coisas, ajudar as comunidades indígenas do Xingu. E, sem interesse algum, a gente... acabei me envolvendo com a ACT. E, aí, no período do ano de 2000...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Vivemos fazendo críticas que são válidas. No atual momento estamos sem Presidente e sem Relator presente nesta CPI. É apenas para fazer o registro nos Anais da Câmara. É importante dizer isso. Se nós estamos aqui para fazer um debate concreto, em cima de um programa de trabalho, temos de registrar que está ausente o Presidente da Comissão neste momento, por mais que eu respeite e goste do Deputado Mendes Thame.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Está certo, Deputado Rosinha. O Deputado Mendes Thame foi exatamente fazer um telefonema solicitando a presença do Deputado Sarney Filho na Relatoria.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas alguém tem de assumir a Presidência.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Registrada está sua colocação. Dou prosseguimento às perguntas. V.Sa., então.... Esse encontro ocorreu em Brasília?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ocorreu em Brasília, no aeroporto. Aí, quando foi no ano de 2002, o Vasco propôs criar a ACT Brasil, que se chama ACT Canarana Brasil. Aí entrei como um membro da Associação. E, por volta de 2003, foi quando houve meu desligamento da ONG.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Por que ocorreu a ruptura entre V.Sa. e a ACT? Por que ocorreu esse distanciamento?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É... como falar... Eu trabalhei, eu ajudei pelo contato dos índios, pela amizade que eu tinha com os índios, então eu sinto que... sinto, não, foi quase verídico, que o pessoal da ONG nos usou, usou a minha pessoa para essa proximidade dos índios com eles, porque o contato meu



era... o contato meu era geral com os índios do Xingu, aí, eles precisavam se aproximar do Xingu e eu acho que eles não conseguiam. Então, eles me usaram como se fosse um objeto que, no ano de 2003, quando as coisas estavam andando muito bem, pelas minhas vistas, que estava dando tudo certo, as promessas que eles tinham feito com os índios, tinham saído vários, acho que, uns 2 convênios já tinham saído através da FUNAI e já tinha executado os trabalhos no Xingu, tanto no Xingu como no Amapá tinham executado esse trabalho e, em 2003, não lembro bem a data, um dia na volta da manhã, eu cheguei ao escritório que eu trabalhava e o escritório já tinha outros donos, já tinha outras pessoas e até hoje eu não sei o que houve, porque eu não tive acesso a nada mais, nem à minha agenda trabalhista, a minha agenda, os meus contatos, as minhas coisas foram totalmente tomados pelo Sr. Vasco e um advogado que era amigo dele lá de Canarana. Então, eu não posso... até hoje eu não sei o que aconteceu. Então, essa é a visão que eu tenho que ocorreu comigo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Após o rompimento com o Sr. Vasco Marcus Van Roosmalen aconteceu esse confisco, essa tomada de materiais da sua pessoa, como a agenda, não é?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor poderia citar o nome da advogada que participou disso com o Sr. Van Roosmalen?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É o seguinte. Tem um... tinha um advogado... ele trabalha... ele trabalhava, assessorava a ACT. Tanto é que, se conseguirem acesso aos documentos da ACT, vocês vão ver lá ele como um dos membros da ACT. E ele mora em Canarana e ele fez parte dessa tomada do escritório. Existia uma casa que era um escritório pequenininho que a gente tinha lá, de repente... eu não entendi nada. Eu não tive acesso a documento. Eu não tive acesso a nada. E o nome desse advogado é Márcio. Ele mora em Canarana.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - A terceira pergunta, Sr. Amauri: é verdade a denúncia de que sua companheira ou ex-companheira é dona da Loja para Todos, em Canarana, e permitia que somente as lideranças indígenas que participaram da primeira reunião da ACT retirassem produtos da loja, produtos como painéis de alumínio, ferramentas e outros sem pagar?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ela permitia que... Desculpe, eu não peguei bem a ...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - A pergunta é a seguinte: se é verdade que a sua companheira era dona da loja denominada Loja para Todos em Canarana e que ela permitia que somente as lideranças indígenas pudessem retirar da loja utensílios, como panelas e ferramentas, sem pagamento?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu desconheço.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quarta pergunta, Sr. Amauri: a que se deve o adiantamento de 131 mil em nome de V.Sa. no balanço patrimonial analítico da ACT de 2003, encaminhado pela ACT a esta CPI? Só para lembrança do senhor, em depoimento a esta CPI, em 18 de maio de 2005, o Sr. Vasco Roosmalen afirmou que *“esse valor se refere a um desvio de recurso efetuado pelo Sr. Amauri, motivo pelo qual ele foi afastado da Associação, assim como a Sra. Ivete”*. O que tem V.Sa. a dizer sobre essa afirmação do Sr. Roosmalen?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Prolongar um pouco. Vou voltar lá atrás. No ano de 2000, quando começou o primeiro projeto da ACT, o Vasco começou a trazer dólar, pagar as coisas por fora — já que é para falar a verdade, vamos falar a verdade —, começou a trazer dólar e pagar tudo por fora, pagar à loja e pagar frete, pagar avião, e começou a mandar alguns dólares para minha conta bancária. Vinha através da minha conta para pagar os trabalhos dos projetos, que foi o primeiro mapa cultural, que foi dos povos Kamaiurá, e o segundo foi do Amapá, que foi feito dos índios... que foi feito o outro projeto. Então, esses 2 trabalhos foram feitos em cima...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - V.Sa. lembra da outra etnia, da outra comunidade indígena?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É o pessoal do Tumucumaque, do Parque Tumucumaque.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - No Amapá?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É. Então... Tem até o Presidente da Associação lá, que é o Paulo Ronaldo, que é da Associação APITU, em Macapá. Então, o primeiro projeto que teve dentro do Xingu ele começou a mandar 2 mil dólares, 3 mil dólares, 4 mil dólares, tanto é que, falando aqui, depois, se vocês



quiserem levantar, vocês vão ver a verdadeira verdade de onde que veio e de onde que não, porque eu não sei de onde veio esse dinheiro. Aí, todo trabalho que foi feito no Xingu, o primeiro trabalho de mapeamento que foi feito no Xingu e no Amapá foi dinheiro através da minha conta bancária. Só que a demanda foi muito maior do que o dinheiro que eles mandavam. Aí a gente ficou com bastante pendência na cidade, bastante mesmo, bastante pendência na cidade, e tudo era meu cheque que ficava. Tanto é que até em São Paulo, em Manaus, esses lugares, o Vasco levou cheque para pagar conta de agrônomo, outras pessoas que ele pagou, ele pagou tudo com meu cheque. Então, foi assim. E nos últimos anos eu estava muito assustado, porque: “Não, se você não fizer isso...”. Não vou falar que ele estava me forçando a barra, mas ele falava: “Se você não fizer isso, eu não consigo limpar seu nome, eu não consigo limpar sua imagem”. Porque eu, em Canarana ou em todo lugar que você chegar, eu sou bem recebido, graças a Deus, por todo o mundo. Tive muitos amigos. Então, eu tinha a minha imagem, eu queria preservar. E toda a vida ele foi empurrando, empurrando isso, como diz o outro, com a barriga, e nunca conseguiu quitar os débitos. De repente, nasceu a ACT Canarana Brasil. No momento em que nasceu a ACT Canarana Brasil, os recursos vieram todos para a conta da ACT, e as pendências dos meus cheques ficaram. O que eu tive que fazer? Muitos cheques eu consegui resgatar, e os que eu não consegui resgatar, que estavam fora, eu peguei os cheques da conta da ACT — que se levantar qualquer coisa bancária vai descobrir, vai ver lá —, pegava cheque da ACT e depositava na minha conta para cobrir os cheques passados, que estavam no mundo, esparramados, que ele não quis quitar. Então, essa foi a versão. Que o dinheiro foi para a minha conta, foi mesmo, mas não por meu interesse. Eram problemas com recursos que a gente devia para terceiros — para comércio, para aeronave, para vôos, para tudo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor poderia explicar para esta Comissão quais eram os tipos de trabalhos que eram financiados pelo Sr. Roosmalen? Que tipo, que mapas eram esses, e eles se destinavam a quê?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O mapa cultural nasceu nos Kamaiurá, até por meio de um convênio da FUNAI. Tanto é que, se se for na FUNAI hoje, o DEPIMA, que acompanhou na época, esse Projeto DEPIMA... que era até o Rogério que era o chefe geral de lá... Esse mapa, não sei até por que a FUNAI



conseguiu liberar esse trabalho desse mapa cultural, porque está toda a vida cultural, todas as tradições, os lugares sagrados, os animais, aquelas coisas que, às vezes, a gente, na ciência, não consegue encontrar. Esse mapa levantou todos esses dados. Então, foi feito, ele existe e tem toda a área cultural deles, os costumes deles, enfim. Então, esse mapa existe e eu acho que até quem pode explicar melhor o que pode ser esse mapa deve ter sido alguém que liberou esse próprio convênio, que deve ter feito um estudo muito grande em cima disso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quinta pergunta, Sr. Amauri: existe alguma ação criminal da ACT contra V.Sa.?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, até hoje, não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sexta pergunta: o que V.Sa. tem a declarar sobre o levantamento efetuado pela ACT para elaboração do mapa cultural do Parque do Xingu?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Em moedas? Desculpe, eu não...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Não, a pergunta é: a que se destina, o que V.Sa. tem a declarar sobre o levantamento efetuado? Praticamente é o que eu lhe perguntei. A que ele se destinava, se era efetivamente uma iniciativa da FUNAI, se era uma iniciativa do Sr. Roosmalen, se era realmente para acervo das informações da cultura indígena ou se era destinado à identificação da riqueza da fauna e da flora nas terras indígenas.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, eu acredito que, no começo, quando a gente começou a acompanhar esse trabalho, pela visão que a gente via, a gente achou que era para a comunidade, para o benefício da própria comunidade. Mas hoje eu acredito que, pela visão que a gente tem de tudo o que ocorreu, que é mais de interesse próprio, da própria ONG, enfim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Como pode ele ter sido... Perfeito. V.Sa. já respondeu, na realidade, a segunda fase da pergunta, que implica comunidades indígenas que não tinham total conhecimento da finalidade dos estudos. Se V.Sa. confirma isso também.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ok. Confirmando, sim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sétima pergunta, Sr. Amauri: V.Sa. saberia explicar como se deu o processo de repasse do projeto do



mapeamento cultural concebido pela ACT Internacional, que inclusive assumiu o convênio com a FUNAI e as comunidades indígenas para a ACT Brasil, criada em 2002? O senhor tem alguma explicação ainda a fazer sobre isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, o que eu deixo bem claro aqui sobre repasse, sobre tudo o que ocorreu, de 2000 até hoje — que seja —, é que se as pessoas quiserem levantar melhor vão ter mais dados através dos bancos e através até da minha própria conta, enfim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Oitava pergunta: V.Sa. tinha conhecimento de que todos os recursos da ACT Brasil advêm da ACT Internacional? E o senhor nunca achou estranho isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu não posso afirmar se todos os recursos que vieram foram da ACT Internacional. Eu não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Nona pergunta, Sr. Amauri: V.Sa. tinha conhecimento de que a empresa Kiehls, que é uma empresa de cosméticos, é uma das patrocinadoras da ACT Internacional?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, não posso afirmar, porque eu não sei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Décima pergunta: como e em que lugar se deu o processo de apresentação do projeto de mapeamento cultural às lideranças indígenas para obtenção de anuência delas à sua execução? Em que lugar se deu a apresentação desse projeto para as comunidades indígenas?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O primeiro projeto começou pela Aldeia Kamaiurá, que é ao lado da Aldeia Ipavu, junto com o Posto Leonardo. Foram as duas aldeias que saíram primeiro: Kamaiurá e Yawalapiti, que é a Aldeia do Aritana, as duas aldeias. E o segundo passo foi no Amapá. Também não acompanhei, mas acredito que foi lá nas aldeias também. E o terceiro, que eu não acompanhei o final, nem o começo nem o final, que foi com as comunidades gerais do Xingu, com as 14 etnias, no Posto Leonardo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - V.Sa. poderia afirmar se, durante essas várias apresentações, elas ocorreram com a presença do Governo ou a presença da FUNAI ou de outro órgão de Governo?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O primeiro *workshop*, como eles falam, fundou no Kamaiurá, com a presença do... tinha um funcionário da FUNAI, que foi determinado pelo Rogério, que o nome dele é Dario, que hoje ele até se encontra como funcionário da ACT. Ele é que acompanhou o projeto na época.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Décima primeira pergunta: ao final da apresentação, V.Sa. poderia colocar quais as comunidades que se colocaram a favor do projeto e quais as que se colocaram contra?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - No primeiro *workshop*, primeiro projeto que eles fizeram, projeto piloto, foram duas aldeias que estavam a favor, duas comunidades, que são o Yawalapiti e o Kamaiurá. No segundo projeto, com o Xingu, as 14 etnias estiveram de acordo com o projeto.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Houve alguma modificação desse posicionamento ao longo do projeto, após a sua conclusão? Houve alguma alteração após a última apresentação às lideranças indígenas? Houve mudança de curso do projeto?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O custo e mudanças houve, porque no termo desse último projeto, que eu não acompanhei, eu acredito que têm muitas lideranças, muitas pessoas que viram que não é aquilo que elas estavam pensando, enfim.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Eu gostaria que o senhor se posicionasse. Eu vou ler um trecho do depoimento, realizado no dia 18 de maio, do Procurador Federal Mário Lúcio Avelar, que faz parte do Ministério Público do Mato Grosso, que tem prestado um relevante trabalho a toda essa questão ambiental e indígena.

Segundo informações fornecidas pelo Procurador Mário Lúcio de Avelar em depoimento a esta CPI em 18.05.05, com base no que observou em reunião no início deste ano no Parque Indígena do Xingu, com a participação do Presidente da FUNAI, das 14 etnias, 13 estariam contra a presença da ACT no Parque atualmente. O que V.Sa. teria a afirmar com relação a isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - No momento, pelo contato que eu tenho com os índios — todos são meus amigos —, hoje eu acho você vai encontrar umas 13 que são contra e uma a favor. Hoje, pelo andar de tudo o que ocorreu,



pelas mentiras, por tudo o que houve, acredito que você vai encontrar no máximo duas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Muito obrigado.

Décima segunda pergunta: O cacique Marauê também revelou a esta CPI que a ACT Brasil insistiu muito em ampliar o projeto para as comunidades do Médio e Baixo Xingu. O que V.Sa. tem a declarar sobre isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Mairauê Caiabi, não é?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Perfeito.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não sei qual que é a posição dele, mas eu acredito que na época os índios se encontravam no começo do projeto, que eles viram o primeiro projeto piloto com os Kamaiurá e isso aí incentivou eles a aceitar. Cem por cento eles aceitaram que queriam o projeto. Eu não sei a posição do Mairauê porque o Mairauê, na época, não fazia parte. Ele era Presidente de outra ONG, de uma ONG, que é a ATIX, uma associação indígena. Eu não sei, sei que na época todos estavam muito empolgados e aceitaram o projeto.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Décima terceira pergunta da relatoria: conforme declaração por escrito do cacique Mairauê a esta CPI, em 1º de setembro de 2005, o cacique Takumã recebeu proposta do pai de Roosmalen de doação de um trator, um Toyota e uma lancha em troca da filmagem das plantas medicinais. V.Sa. sabe algo a respeito?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Qual o ano que foi?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Agora em 2005.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não, não tenho nada a declarar porque em 2003 foi o meu desligamento.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não, veja bem, a declaração dele foi em 2005, ele não fala a data que aconteceu isso.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não sei nada a respeito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Décima quarta pergunta: V.Sa. sabe se a ACT Brasil continua desenvolvendo algum projeto com os índios atualmente? Em caso afirmativo, que tipo de projeto?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não vou falar 100% dos projetos, mas eles estão trabalhando hoje com o pessoal do Ikpeng. O Ikpeng e o Txikão é a



mesma etnia. Eles estão fazendo um trabalho junto até com a Associação Indígena que eles têm. Outro dia eles estavam até dando curso de GPS e outras coisas. Eles conseguiram trazer bastante índio para a cidade. Segundo eles, dizem que através da USAID, um recurso do governo americano. Isso eu falo porque eles me procuram, me visitam, enfim, é o trabalho que eles estão fazendo hoje. A aldeia que está centralizada mesmo é o Ikpeng, que é o mesmo Txikão, e fica no Médio Xingu.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Décima quinta pergunta: que notícia V.Sa. tem da reunião realizada entre os dias 27 e 29 de junho deste ano em Canarana, da qual teriam participado representantes de 11 das 14 etnias da terra indígena do Xingu, e na qual a ACT teria feito o balanço das atividades no Xingu?

É verdade que os índios fizeram um manifesto de repúdio às denúncias que envolvem a entidade com ações de biopirataria, conforme consta no *site* da ACT Brasil?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Outro dia, não sei bem a data, eles tiveram uma reunião muito grande em Canarana. Até pegaram o CTG, o Centro Tradicional do Gaúcho, para realizar essa reunião. Pelo relato de todas as etnias que se encontravam, o pessoal queria fazer um novo... fazer tipo uma ata, alguma coisa pedindo para vir lá de baixo aqui para cima para ver se eles voltavam a trabalhar no Xingu. Isso não ocorreu e não conseguiram nada através dos índios porque, segundo quase todos os caciques que a gente conversa, eles estão cansados de mentira.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Amauri, V.Sa. tem consciência de que prestou um juramento a esta Comissão. O que V.Sa. tem a informar a esta Comissão sobre as possíveis atitudes de biopirataria com relação à saída de animais e plantas das terras indígenas promovidas pelo Sr. Roosmalen?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – É, isso aí foi uma questão que eu consegui ver e ler que existe um relatório grande, até vi na ATIX, por cento e poucas páginas, que falava, mas eu consegui ter acesso a essa documentação, ler esse artigo depois que foi o meu desligamento, porque eu não conhecia o passado do Vasco. Achei que o Vasco nem no Xingu nunca tinha pisado, e nem o pai dele. Eu vim ter acesso a esses documentos bem depois, agora em 2004, 2005.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quantos anos o senhor trabalhou com o Sr. Roosmalen?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Foi de 2000 a 2003 que a gente trabalhou junto.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Quantas remessas de material, se isso aconteceu, ocorreram nesse período para outras regiões, principalmente para a região do Amazonas e para a região do Pará?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não.... Nesse período, nenhuma.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente. Concluídas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Deputado Rosinha, gostaria de fazer seu questionamento?

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Amauri, sei que o senhor já declarou algumas coisas e vou voltar a perguntar até para ficar mais claro. O senhor declarou-se associado da Amazon Conservation Team, ACT. Quanto tempo o senhor ficou associado dela?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Porque antes ela... antes não existia, igual eu falei no começo do meu depoimento. Antes ela não existia. Foi feito tudo através do meu nome, enfim. Quando foi no 2002, que ela foi fundada, que eu coloquei meu nome lá como tesoureiro. E no 2003...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Você disse que antes de 2002 ela não existia.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Ela não existia. Os repasses, os recursos que vinham, vinha tudo em meu nome.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então era o senhor que recebia repasses...

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Pagava as pessoas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas que tipo de atividade tinha se a Amazon Conservation Team ainda não existia? O que havia antes de 2002?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Ela existia. Como o convênio foi feito pela FUNAI, tanto é que vocês vêem, foi feito em cima da Amazon



Conservation Team, mas internacional. A Brasil não existia. Foi criada uma ONG brasileira, que é a ACT Canarana Brasil. Coloquei até o nome da minha cidade.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está. O senhor recebia dinheiro da Amazon Conversation International?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Segundo o Vasco, esses recursos vinham de lá, mas eu não posso declarar que vinham todos de lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Eram dólares?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Em dólares.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Todos o senhor recebia em dólares?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Em dólares.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Lembra-se quanto recebia por mês ou por ano?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Muitas coisas ele conseguiu pagar. Ele trazia dólar junto com ele, pagava vò, pagava essas coisas. O que colocava em meu nome, que ele... A gente mora no interior e acha que todo mundo é gente boa. Comecei, não, dava um cheque para um, um cheque para outro, vai, segura aí. De repente não vinha aquele dinheiro, começava a apertar, mandava dinheiro para a minha conta. E aí foram só aumentando minhas dívidas, e ele começou a falar que se eu não...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Isso antes de 2002?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Antes de 2002. Se eu não pagasse, se eu não fizesse aquilo ele não ia eu comecei a ser um pouco forçado. Aí ele começou a jogar. Daqui a 2 meses nó vamos ter um repasse grande, nós quitamos seu nome e vamos limpar, vamos trabalhar através da associação. E isso rolou quase 2 anos para a gente poder criar a associação, voltar a falar um pouco do que eu falei. Criou a associação, tinha muito cheque no mundo, meu, que ele levava. E aí foi onde vieram as primeiras remessas. Já vieram no nome da associação, que era da ACT Canarana Brasil, que tem conta até no Banco do Brasil. Aí eu peguei alguns cheques — não vou mentir porque está lá — e depusitei na minha conta para cobrir outro cheque meu que estava no mundo.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Antes de 2002, quanto dinheiro o senhor lembra que veio para a sua conta ou que veio até por fora?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu tinha um balancete. Eu tinha tudo muito bem arrumado, muito bem arquivado. No momento em que o pessoal tomou posse do meu escritório, porque eu estava até viajando e cheguei, porque já não fazia parte de nada mais, sem saber, tanto é que não assinei nada, expulsaram-me igual a um peregrino. Eu não posso falar de valores porque eu não tenho em mente. A gente tinha todas aquelas ordens bancárias que vinham em mãos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas era pouco ou era muito?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não, veio até muito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Até muito.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Até muito.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, depois de 2002, com a associação, a conta do senhor continuou sendo usada ou daí foi a conta da associação?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – A conta da associação, que aí já foi usada.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor ficou tesoureiro da associação?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Fiquei tesoureiro, só que no último ano... Pouco fiquei como tesoureiro, mas como o último ano, 2003, o ano que já fui expulso, essas coisas já estavam por conta do Vasco, já não era mais por conta minha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Então, ficou quanto, um ano e quanto tesoureiro?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Um ano e pouquinho.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o dinheiro que vinha na Amazon Conservation Team era maior ou menor do que vinha antes de 2002?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – É... Começou a vir maior.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Começou a vir maior.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Maior, porque ele prometia demais coisas. Ele vinha, fazia uma promessa muito grande para o Xingu, para todo mundo, aí os índios, subia todo mundo, queria combustível, queria aquilo, e pegava o avião e ia embora, e deixava tudo para cima de mim.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o dinheiro vinha de onde?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não posso falar a origem de onde que veio esse dinheiro porque eu não sei. Sei que vinha em dólar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – O Vasco, ele vive de quê? Ele vive dessa associação ou ele faz algum outro trabalho?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – É um segredo que eu tentei descobrir várias vezes e não consegui. Segundo ele, era funcionário da ACT Conservation, que é dos Estados Unidos. Só que eu também nunca vi se ele era algum funcionário, se ele ganhava. Eu sei que o Vasco... Ele voa para vários países na hora que ele quer, enfim. Então, eu não sei de onde é que são as fontes de renda dele. Sei que ele... É um pouco de mistério.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tá. O senhor disse que houve muitas promessas para os índios e depois mentiras. Que tipo de promessa ele fazia para os índios?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não, ele prometeu... Primeiro... Primeiro passo, quando a gente fez a reunião inicial com os índios, a promessa dele era fazer um mapa cultural, porque tinha a Fundação Moore, não sei se o senhor já ouviu falar, que é dos Estados Unidos, BID e outras, que foram as promessas que ele fez.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Qual o nome da Fundação?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Fundação Moore e tem o BID, também, nos Estados Unidos, que são fundações. Segundo ele, dizem que essas fundações, assim que terminasse o mapa cultural, iam liberar um recurso para ajudar a desenvolver os projetos pequenos que os índios têm. Cada um tem um projeto de desenvolvimento sustentável, outro tem para criação de peixe, outro quer manter sua cultura, outro quer fazer algum tipo de coisa. Então, ele prometia que assim que terminasse o mapa esse pessoal ia ter recursos. Tanto é que ele iniciou... ele iniciou que essas pessoas criassem várias associações indígenas, porque através das associações... assim que terminasse o mapa ele ia embora, porque era um projeto piloto, mas ele ia conseguir levar esses relatórios para poder o pessoal repassar recursos direto para eles, porque essa foi a promessa que ele fez para os índios dos Xingu.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Tá. O senhor falou aí antes, para o nosso Deputado Hamilton Casara, sobre o mapa cultural. Além do mapa, o que mais que ele tirava dessa áreas para mandar para o exterior?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu, durante os anos que eu fiquei junto com ele, eu não presenciei nada, que ele tirasse nada do Xingu, a não ser foto, e o próprio mapa, que ele levou embora, que tinha uma permissão pela FUNAI que não pode levar, e o mapa que ele levou.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ele levou. Quando ele esteve aqui, e já foi feita a pergunta para o senhor, eu perguntei ao Sr. Vasco quem era o Amauri de Oliveira Nunes. Aí ele disse, na época, que era um associado, um funcionário, etc, mas que tinha — nosso Relator já até perguntou — roubado ele. Inclusive que ele tinha feito uma ação judicial contra o senhor, que o senhor disse também que não tem essa ação judicial.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Tem não, não existe.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, na prestação de contas deles, ele coloca — a gente chegou no senhor por causa disso —, ele coloca aqui 133, 134 mil que gastou com o senhor, que ele disse que isso aí foi roubo. Como associado e tesoureiro, o senhor tinha salário?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu nunca tive salário. Ele sempre prometeu: “*Amauri, eu vou fazer um salário para você*”. Eu nunca tive salário. A única coisa que eu obtive durante esse trabalho meu é que ele bancava, eu podia pagar a minha comida, podia, na hora em que a gente viajava, na hora em que voava de avião eles pagavam os vôos. Mas eu nunca tive salário dele.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Antes de conhecê-lo... Como é que o senhor conheceu ele?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – É o seguinte: eu tenho uma relação muito grande com os índios do Xingu, tanto todos os caciques, porque teve uma temporada, no passado da vida deles, que eles tiveram muito problema com saúde e a região era muito precária na época. E eu tinha uns amigos, que eram Deputados, outros eram Governadores, outros eram Prefeitos, então eu sempre conseguia alguma ajuda ou emergência, e fui tendo uma relação tipo um voluntarismo. Eu trabalhava numa loja pequenininha e sempre eu tive... Porque era muito difícil ter um



funcionário da FUNAI, na época, lá, então, eu sempre... eu fui, assim, um ponto de apoio para toda a liderança Xinguana. Tanto é que eu tenho uma referência muito boa lá dentro, graças a Deus.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Mas como foi que o senhor conheceu ele?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Aí o Kotoki, que é o Kamaiurá, que o pai dele, que é o Takumã, me considera até como filho, falou: *“Amauri, tem um americano e eu preciso ir a Brasília, você não quer ir comigo? Você está meio folgado, vamos pegar o ônibus, vamos em Brasília encontrar com ele — ele dizendo que vai ajudar a gente”*. E ele já tinha associação Mawucini, Mawucini significa o Deus deles, nome do Deus — que Ele existe. Então, ele prometeu que vai passar alguns recursos para a gente, para ajudar a gente. E, voltando atrás, mas eu não sabia que o Kotoki já conhecia ele e o pai dele anteriormente. E a gente pegou o ônibus, encontramos com ele aqui no aeroporto e aí fizemos contato, ele marcou que ia lá, depois o Kotoki conseguiu uma autorização da FUNAI para ele entrar lá e o Takumã pediu que queria o mapa cultural se fosse... o Takumã pediu, queria o mapa cultural. Então, foi através do Kotoki, filho do Takumã, que é a aldeia Kamaiurá, que sempre conheceu eles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E, nesse período que o senhor disse que trabalhou para ele e não tinha salário, do que o senhor vivia? Se viajava tanto, tinha tanto trabalho.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não, eu viajava, ele me mandava para um canto e para outro, então, eles pagavam as minhas comidas...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Não, mas e a vida do dia-a-dia?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Pagavam as minhas coisas e eu sempre tinha as minhas reservas, sempre eu tinha, toda vida eu tive minhas reservas de trabalho, sempre eu tinha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Trabalha com quê?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Ah, eu trabalhava de vendedor. Aí, eu tinha as minhas reservas. Mas só que, quando eu estava com ele, eu não nego, quando eu estava lá, eles sempre pagaram as minhas despesas e davam uma ajuda de custo. Como toda vez que eu viajava ele me dava uma ajuda de custo.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E o senhor disse que tinha uma lojinha? Qual o nome da loja?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não tinha loja, eu trabalhava para uma loja.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Ah, trabalhava para uma loja? Qual o nome da loja?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Era Casa para Todos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Casa para Todos. E qual era o papel do Casa para Todos junto aos índios?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Igual a todos os comércios de Canarana, que os índios vão lá, compram normal e saem, igual a uns 20 ou 30 comércios que atendem aos índios hoje lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a ACT não mandava eles irem na loja pegar coisa depois ia lá e pagava?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não, comprar, sim. Com os índios, funciona assim; com os índios, funciona assim: se ele está aqui, se é seu amigo, se eles gostam de uma coisa, você tem de pagar lá onde eles gostam. Você não pode questionar com índio. Então, eles não determinam, você determinar que ele tem de levar esse copo para ele, não existe isso. Eles querem isso e pronto. Então, lá é posto de gasolina, loja lá não sei onde, se tem um calção que custa 20 e se eles quiserem um de 60, você tem de ir lá pagar onde é o de 60, tem de conseguir dinheiro para pagar lá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – E a ACT pagava?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – A ACT pagava.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Para todos eles que eles pediam?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Todos que eles pediam.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – De quem é a Loja para Todos?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – É de uma amiga minha. Trabalhei com ela nos anos de 95, 96 e 97.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – A loja existe ainda hoje?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Existe.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA – Existe. E aquele convênio da ACT... a FUNAI? Esse convênio acabou?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Era um convênio... um projeto-piloto, duração de um ano...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Esse acabou? E a ACT continua trabalhando na região com permissão da FUNAI?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu acredito que não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Então eles estão desrespeitando a FUNAI e trabalhando?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É porque tem até uns documentos — não sei se vocês tiveram acesso — que foram liberados pela FUNAI. Tem até umas cópias lá, que foram distribuídas na cidade, que eles... durante o tempo que tivesse a investigação, eles não iam ter acesso ao Parque do Xingu e a nenhuma área indígena no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas eles continuam tendo esse acesso, continuam entrando?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Continuam entrando.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E continuam recebendo — você sabe? — dinheiro dos Estados Unidos?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, eu acredito que sim, porque, se eles não estivessem recebendo, eles não estariam mantendo tudo, a estrutura, os vãos, as comunidades, lá, que vêm para a cidade, ficam em hotel e comem, passam semanas e semanas, trazendo, que nem esses dias trouxeram, parece que umas 12 ou 13 etnias, dizem eles, para fazer um curso de GPS. Então, se eles não estivessem recebendo algum recurso eles não estariam mantendo toda essa estrutura.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor continua morando lá na região?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Continuo morando em Canarana.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não presta mais serviço para a ACT?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Amauri, com que frequência o Sr. Von Roosmalen freqüentava as terras indígenas? O senhor pronunciou que ele sempre utilizava aviões para ir até o Xingu.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, o Roosmalen, na época em que os trabalhos estavam em andamento, sempre eu fazia essa parte, eu pedia sempre, na hora em que ia entrar alguém na área, sempre era por autorização, na época. Agora, hoje, eu não sei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Esse mapa cultural a que o senhor se referiu era realizado pela entidade do Sr. Roosmalen?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É. Na verdade o mapa cultural é criado por uma comissão de índios, que faz todo o seu trabalho em cima de uma imagem de satélite, em cima de uns papéis. Depois isso é levado para um programa Corel e outro programa e feito por uma equipe. A equipe que era da ACT, que era a equipe de agrônomo, a equipe técnica que era da ACT, junto com os índios.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Pois é, mas quem orientava, dava toda a orientação era a equipe técnica da ACT?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - A equipe técnica da ACT, que eram os agrônomos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Que realizavam. Sr. Presidente, talvez fosse importante para esta Comissão uma cópia desse mapa ser requisitada da FUNAI. Justifico por que, Sr. Presidente: entendia que seria a FUNAI realizando um trabalho dentro de uma terra indígena de extrema importância, que dá direito às informações colhidas nesse levantamento ao conhecimento completo, principalmente da nossa flora, na minha opinião, apropriando-se de forma clara dos conhecimentos tradicionais das populações indígenas, para, na realidade, potencializar atos de biopirataria. Então, de tal maneira que uma cópia desses estudos seria um importante instrumento para análise desta Comissão.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Perfeito. Eu acredito até que já devemos ter recebido, em função de um requerimento que já encaminhamos. No entanto, é um mapa genérico, e podemos, com sua contribuição, colaboração, talvez até requisitar estudos mais pontuais, mais específicos a respeito do assunto. Aguardamos o seu requerimento.

Com a palavra o Deputado Zé Geraldo.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Só uma pergunta, Sr. Amauri. O senhor tem conhecimento se essa ONG atuava também em Altamira?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO ZÉ GERALDO - Tá. É só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Francisco Gonçalves.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sr. Presidente, nobres Deputados e Deputadas, Sr. Amauri de Oliveira Nunes, o senhor já trabalhou para a FUNAI?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Nunca trabalhou?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu sempre ajudava lá, mas nunca trabalhei. Oficialmente, não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Qual que era a sua função na FUNAI, que você ajudava?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Na época o que eu fazia era voluntário mesmo, lá na cidade.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor ainda mantém boas relações com a FUNAI?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Com a FUNAI a gente mantinha relações boas, mas hoje eu não tenho nada contra eles, e outra: todos aqueles funcionários, aquelas pessoas que eram meus amigos da época, hoje têm muito pouco na FUNAI.



O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor ainda tem acesso a todas as reservas indígenas que mencionou aí?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, hoje eu não estou indo na reserva, mas eu tenho... Eles vêm na cidade, eles me procuram, a gente conversa, porque toda vez que eu ia nas áreas indígenas, na época de festa ou qualquer coisa, mesmo fora da ACT, sempre eu ia com autorização da FUNAI. Depois que aconteceu esse... eu não voltei mais nas áreas indígenas.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - E o senhor hoje, qual que é o seu trabalho?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O meu trabalho hoje... que antes eu era motorista, antes de eu vir para Canarana, e eu, ultimamente, estava ajudando meu pai no sítio dele, lá em Ribeirão Cascalheira.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Com quais etnias indígenas do Xingu e outras em Mato Grosso o senhor já trabalhou? O senhor pode mencionar para mim?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - A gente... além do Xingu, foram os índios Xavante, da Pimentel Barbosa.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Tá. O senhor já intermediou visitas de autoridades ao Xingu junto à FUNAI?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu, uma vez que eu intermediei foi uma visita para uma festa do Quarup. Foi quando o saudoso pai do Aritana, que é o cacique geral, faleceu. Aí, como a gente tinha as homenagens a prestar a ele, fui eu, a comissão do Fórum de Canarana, que a gente foi junto para a festa do Quarup.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Outras visitas você não fez, intermediou?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor está a par das atividades de madeiras no Xingu? Você conhece?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Não tem conhecimento?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu não tenho conhecimento.



O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Mas você vê que tem explorações? Você observa isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, no Xingu hoje, a região nossa, tanto nossa região como outra, você está assistindo todos os dias nos jornais, você vê que tá indo muito rápido. Porque antes a gente voava de avião na nossa região lá, você voava 10, 15, 20 minutos em cima de uma reserva. Hoje isso não acontece mais.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Essas madeiras, então, atuam dentro das áreas indígenas? Chegam a atuar?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, dentro das áreas indígenas, não posso falar porque eu nunca vi. Sei que madeira demais na nossa região tem.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor já trabalhou com artesanato indígena lá no Xingu?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor já trabalhou ou trabalha para o IBAMA do Mato Grosso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Também não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor conhece o Procurador de Mato Grosso, Dr. Mário Lúcio Avelar?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - As outras perguntas aqui... O senhor já respondeu várias delas. Hoje o senhor desenvolve — é quanto à ACT — algum projeto para os indígenas, tem alguma atuação nesse sentido?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. Eu, depois daquela época, estou em paz, eu não fiz nada. Até agora, não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Quanto à contabilidade, o senhor mencionou que deu vários cheques para a ACT com o compromisso de depois eles reporem esses recursos para o senhor. Isso aí você não acha assim uma coisa muito tumultuada, você dar um cheque seu para uma empresa?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu acho tumultuado. Acho que foi muito, muito errado, só que eu fiz um juramento aqui e perante Deus — que eu sou



evangélico — que eu não ia vir aqui mentir. Então, amanhã ou depois, se vocês abrirem a verdade, vocês não podem falar para mim que eu estou mentindo. Então foi um erro que eu fiz na época, pequenininho, e aí desse erro pequenininho eu fui quase forçado: “*Não, se você não fizer isso, não vai vir tanto, aí não sai aquela outra coisa.*” Então essa é...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Porque a informação que chega a nosso conhecimento é que você alterou balanço da ACT. O que o senhor tem a dizer sobre isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Nunca isso aconteceu.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor conhece Dr. Márcio Rogério Paris?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Conheço.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Conhece.

Qual o relacionamento que você tem com ele?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É o seguinte: o Márcio era um advogado novo, e pegou amizade com a gente, e começou a viajar junto com o Vasco, e a estar em tudo quanto é lugar. Ele foi uma das pessoas que me expulsaram da ACT, junto com o Vasco, que eu não sei até hoje o porquê. Nunca sentaram, não me falaram, enfim, até hoje, nada.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - E o Dr. Antônio Carlos de Souza?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É o sócio dele.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - É o sócio do...

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Dr. Márcio.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Do Dr. Márcio.

O senhor tem ou tinha alguma relação com eles, ou não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Sim. Com o Dr. Antônio, sim. A gente... Muitos anos a gente era amigo, e, enfim. Agora, o Márcio tinha começado logo a trabalhar com ele, um pessoal que veio de São Paulo. E eu não tenho... sei que ele foi o que ajudou o Vasco. Não sei que interesse, que eu não posso falar.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor conhece alguma outra organização que faça um trabalho semelhante à ACT?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Uma outra organização?

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - É. Outras ONGs.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, não lembro que tenha outra não. Que faça o trabalho igual ao da ACT, não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor conhece a ISA?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Sim.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sei. E conhece o trabalho desenvolvido pela ISA?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, eu conheço o André, que é o coordenador, assim... Nós conversamos, e coisa..., mas eu nunca me aprofundei para saber verdadeiramente o que eles fazem ou deixam de fazer. A gente também não vê, enfim.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Mesmo superficialmente, você não tem noção de qual é o trabalho que é feito pela ISA?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Sei que a ISA, direto ela está no Xingu, enfim, mas eu não posso falar. Não sei.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O senhor tem algum relacionamento com a ISA ou não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Não tem.

O senhor sabe se a ISA tem autorização da FUNAI para operar em reservas indígenas?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não é do meu conhecimento. Não sei.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Não sabe.

Temos informações de que existe uma infra-estrutura montada dentro do Xingu, o que seria irregular. O que o senhor sabe a esse respeito?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. Dentro do Xingu eu não conheço.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Da ISA, você não pode afirmar que ela tenha uma infra-estrutura montada dentro do Xingu.



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não posso afirmar, porque a ISA, ela sempre trabalhou com uma associação indígena que chama ATIX. E até esse Mairauê, esse que relatou aí, ele não é cacique, ele é apenas um funcionário público federal da FUNAI que era presidente da associação ATIX, que a associação ATIX que é vinculada junto com a ISA.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Então, ele era funcionário público...

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ele é.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Ele é funcionário e, ao mesmo tempo, trabalha para a ISA.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, ele era presidente da associação indígena deles, que a associação indígena deles tem um convênio com a ISA.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sei. Esse recurso que você recebia em sua conta em dólar, a notícia que nós temos é que é um recurso regular, que vinha através do Banco Central. Você pode confirmar isso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não posso afirmar, mas era regular... Não sei se era regular ou se não era. Não posso afirmar.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Você falou que trabalhou durante praticamente 3 anos para a ACT, não é isso? Durante 3 anos. E que você não tinha... Você tinha uma ajuda de custo, você não tinha ordenado. Como que você explica isso, trabalhar apenas pela ajuda de custo?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Porque, no começo, a primeira coisa que a ACT fez foi me endividar. Me enfiou no meio dessa enroscada de cheque, de tudo. E eu lutei, para ver se a gente conseguia... Eu queria sair fora, e a pressão foi só aumentando. Eu fui quase pressionado a fazer as coisas. E o tempo se passou, e nada foi resolvido.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O que realmente me deixa assim perplexo é como que você foi dando cheques seus, recebendo dólar em sua conta, recebendo pagamento em dólar, e não sanou todos esses problemas adversos que você acaba de dizer. O dinheiro que chegava em dólar para você não



era suficiente, ou você não tinha autoridade para falar para pagar aquelas contas, ou a ACT considerava que aquelas contas não eram de responsabilidade dela?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - A ACT considerava, o Vasco considerava, porque tudo que a gente fez foi junto. Até eu sinto, até hoje, de a gente estar junto, tentar fazer a coisa, e depois ele sair fora. Porque, veja bem. Mandava tal... tanto dinheiro. *“Ah, agora eu vou pagar as contas...”* *“Não, esse dinheiro é para mandar para conta lá para o Amapá.”* *“Ah, outro dinheiro é para mandar não sei para onde.”* Então acabava você devendo 10... Vamos supor que vinham os 10, aí você tinha que mandar para fora, e acabava deixando as contas da própria cidade, como até hoje tem conta no nome de índio lá adoidado, muita conta.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Você afirmou categoricamente aí que não tem conhecimento de a ACT exercer a biopirataria, ter mandado plantas, animais silvestres para o exterior.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu não tenho, porque, na minha época, eu nunca vi.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Presidente, ...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Eu queria antes convidar o Dr. Rosinha para assumir aqui a Presidência, enquanto nós nos dirigimos, revezadamente, para votar, porque iniciou a votação nominal.

Se puder, eu gostaria também de deixar as perguntas que foram preparadas pela assessoria para o Presidente com o Dr. Rosinha, que é o autor da convocação.

E passo a palavra ao Deputado Hamilton Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, apenas para registro desta Comissão, eu gostaria de aqui dar o depoimento sobre o Instituto Socioambiental, já que foi citado.

Eu conheço o trabalho do Instituto Socioambiental na região do Vale do Rio Negro, no Amazonas, em São Gabriel da Cachoeira, e conheço também, na região de São Paulo, o trabalho do Instituto Socioambiental, que reputo como um trabalho digno em prol da questão ambiental brasileira e em prol também da questão indígena e das populações ribeirinhas. E faço esse registro apenas pelo



distanciamento que vejo da questão que nós tratamos, dos históricos que nós tratamos com a outra parte citada nesta audiência. Apenas como registro desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Obrigado.

Antes de passar às perguntas deixadas pelo Presidente, eu quero só fazer duas perguntas e uma observação.

Quando foi perguntado para o senhor sobre autoridades visitando o Xingu, se o senhor tem conhecimento de visitas de autoridades estrangeiras ligadas à Amazon Conservation Team... Ela esteve com autoridade estrangeira, com estrangeiros, além do Vasco?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É. O Presidente da Conservation, o Sr. Mark... Mark...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Plotkin.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, Mark Plotkin. Ele esteve no Xingu, até eu acompanhei ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Quantas vezes?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Uma vez. Em que época?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Foi no começo de 2003.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Uma vez o senhor acompanhou. Teve outras vezes?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu não posso afirmar, depois, se ele veio no término desse projeto ou não. Eu não posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Além dele, qual o outro estrangeiro que...

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É... A Liliana, que é a esposa dele, também esteve no Xingu, mas só que eu não acompanhei ela, em 2003 também.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Junto com ele ou em separado?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Vieram separados, em data diferente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Mais alguém estrangeiro ainda que você lembre?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não sempre. Quando ele vinha, sempre ele trazia mais gente. Ele nunca veio sozinho, 2 ou 3 pessoas junto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - O Vasco?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O Mark. O Mark não vem sozinho. Quando ele traz, ele traz 1 ou 2 pessoas sempre junto com ele.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então ele não veio sozinho, ele veio com outros estrangeiros.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Com outro estrangeiro.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E, quando o senhor falou aí de desmatamento, que foi também perguntado sobre a questão do Xingu, lembra de madeiras que atuam no Xingu ilegalmente? Consegue?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu não posso falar que eles estão ilegais. Madeiras têm muitas, mas que estão ilegais, eu não posso afirmar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E aí eu vou fazer uma observação, não é pergunta. Também respondendo ao Dr. Francisco, o senhor disse: "Agora estou em paz" — meio tipo "estou livre dessa coisa", meio assim.

Têm coisas que o senhor gostaria de declarar que não fossem de público a respeito da Amazon Conservation Team, que nós fizéssemos uma reunião em separado? *(Pausa.)*

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Pode sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Declarar em reservado?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E, em público, isso o senhor não falaria?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, porque, às vezes, eu não tenho tanto a declarar; mas, às vezes, vocês têm algumas perguntas além a fazer, eu estou pronto a responder.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então eu vou fazer uma pergunta para você: você está ameaçado de morte?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, na época... na época... já que está abrindo o jogo, na época, eu fui ameaçado por..., por... pelo próprio Vasco. Vou falar logo a verdade. É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Você foi ameaçado de morte pelo Vasco? Por quê?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Até hoje eu não sei porque que eu fui ameaçado. Eu não sei se ele tinha medo que, no futuro, ia acontecer o que tá acontecendo hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E quando foi essa época que ele o ameaçou?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - As ameaças aconteceram assim que houve esse desligamento meu, essa expulsão do jeito deles, é... muitas ameaças.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então eu vou fazer a pergunta... Fiz uma, se o senhor foi ameaçado de morte, o senhor disse que sim, pelo Sr. Vasco. Toda e qualquer pergunta pode declarar, de público, ou tem coisas que o senhor queira declarar em relação a isso que não seja de público, para nos dizer os porquês todos, porque, em função de um mapa, em função de umas coisas que o senhor revelou até agora, não é razão de ameaçar de morte nenhuma pessoa.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Então eu não entendo, eu não entendo por que fui ameaçado na época.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Sr. Marcos... Sr. Amauri, eu queria saber: essa ameaça de morte não é devido ao desfalque que você deu à ACT? Não é relacionada a recursos financeiros? Não pode ser isso, essa briga, esse mal-entendimento entre essas contabilidades?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, não...

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Não estou dizendo que você deu o desfalque. Eu estou falando a respeito da contabilidade. O desentendimento não pode ter partido de recurso financeiro?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, o medo deles, acredito eu, do meu ponto de vista, o medo dele, toda vida, é porque na verdade foi feita muita coisa assim. Essa parte mesmo de dinheiro, pagar através da minha conta, de coisa, isso aí..., isso aí é um motivo muito grande, porque foram pagas muitas coisas para todo



mundo, para índio, para aeronave, para tudo, então eles sentiram meio queimar esse arquivo, para esse arquivo ficar para lá. Daí eu acredito que o medo maior era de levantar o começo da ACT no Brasil.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Na realidade, a informação que a gente tem é que o dinheiro vinha pelo Banco Central e é um dinheiro regular. Regular não, é um dinheiro que nós podemos dizer...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - ... legal.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - ... que é legal. Então, por isso que estou perguntando, compreendeu?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. Eu acredito que não é legal.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Porque, da vez anterior em que o Sr. Vasco esteve aqui, ele citou várias empresas que eram doadoras do programa da ONG, da ACT.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Tá. Por que, se esse dinheiro era legal, certinho, igual ele falou que era, por que ele usou de mim? Por que ele não mandou naquele sistema que recebe na boca do caixa? Tem um sistema aí que você paga todos os impostos e recebe na boca do caixa. Então está aí.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - O mal-entendimento é justamente por que você aceitou esse tipo de ação? Você aceitou, você liberou a sua conta para uma pessoa que você pode considerar estranha.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Então, foi uma falha e grande. E, se tiver que pagar, eu vou pagar por ela, como já paguei até hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então, Amauri, eu vou fazer bem esclarecido para você o que é: você está fazendo essas declarações todas de público; não têm só Deputados aqui.

A minha pergunta é: se nós continuarmos por esse caminho que você acabou de dizer que o dinheiro não era legal, se nós fizermos uma reunião só com os Deputados, onde não tenha público, você tem mais coisas a declarar no sentido de a gente investigar a Amazon Conservation Team?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, não tenho.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - É isso mesmo. Então, se o dinheiro você entende que não era legal, como que esse dinheiro chegava para o senhor? Como vinha esse dinheiro? Trazia em dólar na mão?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, vinha pela conta, né?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Então ele vinha... nunca lhe deram pacote de dólar, dinheiro?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Para mim não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Deram-lhe dinheiro sem ser dólar?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E os aviões, o que tanto transportavam? O que transportavam esses aviões?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, porque ele... quando ele ia vir para o Xingu, sempre ele prometia muitas coisas para os índios. Aí os índios... ele liberava 2, 3, 4, 5 vôos, ele liberava para levar os índios e trazer, devolver nas suas aldeias; enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Esse dinheiro você suspeita que ele vinha de onde, então, já que ele não viria legal, que não viria via Banco Central?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, ele veio Banco Central, mas eu não sei de onde que veio não.

O SR. DEPUTADO DR. FRANCISCO GONÇALVES - Se o dinheiro veio via Banco Central, então ele é legal.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - O Presidente deixou algumas questões aqui, Sr. Amauri, que é... Eu vou ler algumas questões.

O Sr. Vasco declarou aqui que a ACT não atendia a nenhum pedido dos povos indígenas e que não estava dentro do projeto dele atender a esses pedidos. E aí a gente pergunta — o senhor acabou de dizer que atendia a alguns pedidos —: esses pedidos incluíam só pequenos favores, tipo roupa, ou, como você falou, o cara quer uma bermuda de um preço e é do outro, ou atendia com algum outro tipo de material, por exemplo, trator, por exemplo, carro?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, no meu tempo nunca comprou qualquer objeto que fosse carro ou outras coisas. Sempre era roupa, era alimento, era restaurante, era combustível para eles retornarem para área; enfim, as coisas permanentes que ainda saíam era alguma hélice, alguma coisa para os motores de polpa, alguma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Os aparelhos de GPS, o senhor acompanhou lá o trabalho de campo, eles faziam anotações nesse mapa, com localização geográfica, a localização correta no mapa?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O trabalho deles era em cima duma imagem de satélite, né?, e essa imagem eles pegavam as informações dos indígenas, dentro de um estúdio e ali jogavam as informações em cima daquela imagem da localidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E tudo com GPS?

A ACT Internacional tem um *site* no computador deles, eles dizem... Consta lá que, em 2002, eles elaboraram o mapa das áreas dos Kamaiurá e dos Yawalapiti no Parque Nacional do Xingu. E, para isso, deu GPS para os próprios índios fazerem. Eu pergunto para você: esse projeto está dentro do mapa esses dados?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Dessas 2 comunidades sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Sim. E esses índios continuam até hoje então com os GPS?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu não acredito que eles tenham o GPS. Ah, o GPS, na verdade, não ficou na mão dos índios, o GPS ficava na mão da equipe técnica, que era da ACT.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Qual era o objetivo do mapa?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Segundo eles, que era um mapa cultural; enfim, para aumentar a riqueza deles, para eles saberem a vida territorial deles. Enfim, era essa que era...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Para eles quem saber, os índios?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Os índios.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Mas foi devolvido o mapa para eles?



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Foi, foi devolvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - E eles entendem o mapa?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Acho que sim, acho que não. Não sei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) - Sim ou não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Pelo jeito, eu acho que eles não deram muito valor, porque não se vê ninguém falar nisso mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – E fizeram pesquisas também, dentro desse mapa, de plantas, animais?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não sei, porque eu não acompanhei muito bem a equipe de parte técnica mesmo. Eu não acompanhei.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – As plantas medicinais foram incluídas?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Sim, muitas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Muitas?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Muitas, tanto é que a hora que vocês pegarem o mapa vocês vão conseguir ver.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – O Mark Plotkin não levou planta no dia em que ele foi embora?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – Não levou semente?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Não. A gente passou muito rápido no Xingu.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Dr. Rosinha) – A Shaman Pharmaceuticals...

Só por uma razão de votar, eu suspendo a reunião por 10 minutos para eu poder votar, porque estou recebendo um recado que tenho que ir lá e já voltaremos.

(A reunião é suspensa.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Está reaberta a reunião.

A seguinte pergunta ao Sr. Amauri de Oliveira Nunes: o Sr. Mairauê Kaiabi também revelou a esta CPI que, no âmbito do projeto, a orientação da ACT Brasil era de que os índios encarregados do mapeamento incluíssem as plantas



medicinais nos mapas, como havia acontecido com os povos do Alto Xingu. Só que muitos dos povos do Médio e Baixo Xingu não concordaram com isso, não tendo incluído tais informações no mapa. O que o senhor poderia dizer a respeito disso?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu posso afirmar que, no mapa, há várias plantas, só que, para vocês terem uma visão ampla, melhor, adquirir esse produto, que é o mapa, porque aí vocês vão ter uma certeza do que existe lá e do que não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Sim, mas quanto ao fato de esses índios do Médio e Baixo Xingu não concordarem, eles, realmente, não incluíram as plantas medicinais ou acabaram incluindo?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não posso falar que esse último mapa, que concluiu o Xingu inteiro... Eu não acompanhei, foi na época que o pessoal me despediu. Eu não acompanhei. Então eu não posso afirmar, nem vi esse mapa último, ok?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – No tempo em que trabalhou com a ACT, teve conhecimento de eventuais relações comerciais da ONG ou de relações em geral da ONG com os laboratórios Shaman, Aveda ou qualquer outro laboratório?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não conheço essa parte, porque eu nunca presenciei nada dessa parte.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ou relacionamento com a Alzaid?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Também não.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – A ACT continua desenvolvendo projetos junto aos povos do Xingu?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não vou deixar claro que eles estão desenvolvendo projetos, só que eles estão diariamente junto com os indígenas do Xingu, principalmente com uma aldeia que é Ikpeng, que falei no começo, e o Txikão, que é uma só.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – É uma aldeia? Estão sempre lá?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Sempre eles estão lá.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Ela continua proibida de entrar em área indígena pela FUNAI ou houve um relaxamento dessa proibição?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES – Eu não posso afirmar, porque, no ano de 2003, nasceu um pequeno documento pela Corregedoria da FUNAI impedindo que ela trabalhasse no Xingu e/ou em qualquer outro lugar do País. Agora, eu não sei se daquela época para cá eles conseguiram mudar esse relacionamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Certo. Em 99, foi feito um filme pela estatal japonesa NHK na aldeia Kamaiurá e um livro com o nome de “Manual de Plantas Medicinais e Curas Usadas pelo Pajé Takumã Kamaiurá, divulgando conhecimentos do pajé e disponibilizando 93 espécies vegetais, suas propriedades curativas e a forma do seu preparo. O que poderia nos dizer a respeito?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu não posso afirmar nada, porque na época eu não fiz parte, eu não conheci esse pessoal na época. Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Conforme declaração por escrito do Cacique Mairauê Kaiabi a esta CPI, no dia 1º de setembro de 2005, não foi solicitada autorização dos Kaiabi, dos Kisêdjê e dos Ludja, pelo menos para que as cópias dos mapas fossem distribuídas fora do Parque do Xingu, muito menos levadas para a sede da ACT nos Estados Unidos.

O senhor participou desse envio das cópias dos mapas para fora do Parque do Xingu?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu não participei. Só que lá no Regimento Interno do convênio rezava que todos os mapas, todos os produtos tinham que retornar à aldeia. Só que o Vasco levou algumas cópias para fora do Brasil sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Conforme a mesma declaração, os mapas etnográficos elaborados pela ACT estariam sendo usados para cobrir vãos de parede na escola do Posto de Auassun e até mesmo como toalha de mesa na Associação Mavotsinin. O senhor tem conhecimento desse



fato? Isso se deve ao fato de essas comunidades não darem o menor valor a esse trabalho?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, eu não tenho conhecimento, porque de 2003 para cá eu não entrei na área mais. Então, eu não tenho conhecimento, como que está, onde que se encontram esses mapas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – De novo, deixo a palavra com os Deputados, inicialmente a Deputada Maria Helena.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Sr. Presidente, eu gostaria de perguntar ao depoente se, além do mapeamento, que outras ações a ACT desenvolvia além desse mapeamento.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É... além do mapeamento, a ACT que eu conheço, nenhuma outra.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – V.Sa. declarou que, embora tivesse passado cheques referentes a pagamentos efetivados pela ACT, recebia determinação para transferir esse recurso que lhe era depositado na sua conta corrente para outras localidades, para contas no Amapá. De quem eram essas contas?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Tem uma empresa aérea que voa para a comunidade indígena do Amapá, através da saúde e de outras lá, e era para eles... pagarem os vôos deles, porque lá o vôo é até um pouco alto. Então, esses recursos sempre iam para lá.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Então, V.Sa. tinha conhecimento de que não haveria cobertura para os cheques que passava, uma vez que o recurso ainda era repassado para outras contas para pagamento de vôos.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Pagamento de vôo.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Se tem conhecimento de que as informações, esse mapeamento, esses mapas eram repassados apenas para a FUNAI ou para outras organizações também além da FUNAI.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. O conhecimento era só para a FUNAI.

A SRA. DEPUTADA MARIA HELENA – Satisfeita, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Obrigado. Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, apenas para um encaminhamento de entendimento dos nossos trabalhos, eu queria fazer rapidamente, Sr. Presidente, uma rápida análise sobre esse quadro. Primeiro que nós entendemos e agradecemos até as informações do Sr. Amauri, entendendo que talvez o Sr. Amauri, mais na frente, queira complementar algumas informações, mas o que nos deixa perplexos, Sr. Presidente, nesta questão é que a biopirataria não se caracteriza apenas pelo transporte físico de produtos da fauna ou de plantas, ou de outros produtos da biodiversidade. O que nós estamos vendo é que, na realidade, com pouco ou quase nenhum acompanhamento do aparelho de Estado, ocorreu um estudo extremamente importante do ponto de vista da apropriação do conhecimento tradicional das populações indígenas, levando-se essas informações, catalogando-se essas informações, plotando essas informações. E, sem dúvida nenhuma, Sr. Presidente, qualquer pessoa com o mínimo conhecimento sobre biologia ou ecologia poderá ter os efeitos em cima da potencialização da biopirataria. O que nós estamos fazendo, um estudo como esse, em que deveriam estar incluídas as universidades, os centros de pesquisa nacionais, com acompanhamento estreito do aparelho de Estado, nós fomos buscar o conhecimento tradicional dessas populações não levando absolutamente nenhum benefício além daqueles que já conheciam, se apropriando de conhecimento dessas populações, para quê? Para mais uma vez promover a erosão genética e cultural desses povos? Para quê? Para expor a plotação completa do conhecimento, desse saber tradicional dessas populações? Há interesse de quem? Então, eu entendo que esses estudos, eles levantam uma cortina de fumaça ainda maior, que nós temos que buscar o cerne dessa questão que envolve este depoimento. Por isso que talvez o Deputado Rosinha já tenha feito, mas, se não fez, reforçar, que talvez o depoente queira complementar algumas informações, porque esses mapas, no meu entender, ele é o cerne dessa questão toda.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sr. Amauri, esses mapas todos foram feitos com GPS?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Na verdade, eles pegavam, comparavam uma imagem de satélite bem ativa, e ela vem em disquete, no CD, jogavam no *laptop* e traziam as informações indígenas. Na verdade, esse mapa era construído dentro de um computador, em cima de uma imagem. O que eu conheço tecnicamente é isso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Os índios não tinham GPS?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. Os índios não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Mas, e os técnicos que orientavam os índios?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Os técnicos, quando eles iam para a área, sempre eles levavam.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Sempre eles levavam. Qual era a maior preocupação de identificação para constar do mapa? Qual era a coisa que mais eles se preocupavam?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É... Acompanhava muito pela área cultural, enfim, eu não... Quase não presenciei muito os *workshops* deles, sempre eu não ia. Sempre, quando eles faziam lá no Xingu, eu sempre não estava. Então, eu não tinha muito acesso.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - A maior preocupação eram animais ou plantas?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu não posso declarar, porque eu não acompanhei qual que seria mais incentivo deles.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tá. O senhor está colocando, contando algumas coisas aí, e o senhor mesmo disse, quando eu perguntei se foi ameaçado de morte, o senhor disse que foi. Eu acho que, de tudo que o senhor falou, não merece ser ameaçado de morte, porque é muito pouco. A ameaça de morte não veio por alguma outra coisa que o senhor não quer revelar?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não tem nada. Eu, pelo ponto de vista que eu tive, por tudo, eu acredito que seria isso. Mas, se não foi isso, até hoje não me declararam por que. Eu não sei.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O dinheiro era depositado todo na tua conta. O senhor nunca recebeu dinheiro vivo?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, dinheiro vivo, não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Nunca. O dinheiro era depositado lá mesmo, ou era enviado de alguma outra cidade?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ele vinha de fora, via dólar, para a conta.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Vinha dos Estados Unidos?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu não sei se era dos Estados Unidos. Sei que ele vinha em dólar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E depois era transformado em real para o senhor?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Transformado em real.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E o senhor, da sua conta, mandava para alguma outra conta?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Mandava para a conta do pessoal no Amapá.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - De onde mais?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Tinha uma conta de umas meninas que trabalhavam para o Vasco, que a gente mandava. Tinha um outro lugar, que era para a conta dos agrônomos, para a conta dos técnicos. Enfim, eu tinha todos esses relatórios. Hoje, eu não tenho mais nada. Eu tinha todos.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E onde é que eles foram parar mesmo, que o senhor falou e eu acabei esquecendo? Esses relatórios que o senhor tinha e não tem mais?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. No começo, eu cheguei no escritório, o escritório já tinha... não sei se eles destruíram ou guardaram. Eu sei que não fiquei com acesso a documento algum. Até hoje eu não entendi por que eu fui expulso de lá. Estou ouvindo agora de vocês falar que é por causa de um dinheiro desviado, mas eu não sabia.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não, foi dito aqui. Ele diz que o senhor desviou dinheiro.



O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Então, eu não sabia. E se eu... pode continuar.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O senhor foi... quando foi ameaçado de morte, o senhor levou, registrou alguma denúncia, ou não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Não?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Sr. Roosmalen, o Sr. Vasco Roosmalen, ele falou aqui nesta CPI que eles nunca ofereciam vantagem material para os índios. E o senhor andou dizendo aqui que eles transportavam índios em um dos aviões.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, muitos transportes. Desde quando foi para conseguir esse mapa, foi um pouco forçado.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Transporte de onde para onde?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Era, vinha da aldeia para Canarana, da Canarana para as aldeias do Xingu. Então, todos os trajetos foram feitos. Para o trabalho mesmo, foram poucos. Mas era antes de começar. Para você ver, antes de sair o convênio da ACT, eles já beneficiavam os índios com algumas coisas.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - E os índios eram usados para quê?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, os índios...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Porque, se eu dou uma carona para eles, depois eu vou também pedir favor em troca.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - O Xingu é o seguinte, o Xingu, os índios, eles dependem muito da cidade para tudo, e eles vinham para a cidade, e assim que vinham eles aproveitavam a oportunidade, que o americano quer trabalhar no Xingu, então, aí forçava a barra para liberar avião.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Os índios forçavam a barra?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, eles querem avião, porque precisam ir para o Xingu, estão trabalhando conosco e acabavam cedendo. Então...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Dava o quê, 1 vôo por semana, ou mais?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - É, 1 vôo ou 2, enfim.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Está bom. Obrigado.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Deputado Casara.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Amauri, o senhor poderia se recordar quais os países, quando o Sr. Roosmalen viajava, de que país ele ligava, fazia contato com vocês?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ligou muito de... que é dos Estados Unidos, Nova York, Chicago, e depois Holanda...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Holanda.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Espanha...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Espanha.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Colômbia...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Colômbia.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - E outros, que... outros eu não posso, porque outros, às vezes ligava de telefone que não poderia nem ser identificado. Enfim, recebi muita ligação 000, acho que é Globalstar.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Esses objetos normalmente que a comunidade indígena pegava na cidade, normalmente, algumas informações, evidentemente que não estamos afirmando, estamos apenas reproduzindo informações chegadas de que muitas vezes eles eram trocados com alguns produtos, com algumas pessoas da comunidade indígena. O senhor pode confirmar ou negar essa afirmação?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu não sei.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Algum presente da comunidade para o Sr. Roosmalen?

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não. Eu não sei, porque eu mais o Vasco, nós entramos poucas vezes, acho que só uma vez, duas vezes a gente voou junto para o Xingu. O resto, ele entrava sozinho, ia, voltava, então, não posso falar, que eu não vi.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Algumas informações que o senhor pudesse nos afirmar ou negar também de que, em algum momento, nas



instalações da Fundação teria algum recinto para animais, para macacos, principalmente os sagüis.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Não, eu não conheço essa parte.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quero agradecer à testemunha...

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Presidente, quero só fazer uma solicitação. Isso é lógico, porque depende da vontade dele. O Sr. Amauri falou várias vezes da movimentação financeira. Se ele disponibilizaria o extrato bancário da conta dele nesse período para sabermos quanto a Amazon Conservation Team transitou de dinheiro pela conta dele. Mas isso, é lógico, depende da vontade. É uma consulta que faço. E do telefônico também, que, se ele fizer, nos ajudaria muito, para saber de onde vieram essas ligações e o dinheiro, quanto que transitou pela conta, caso ele se disponibilize a fornecer o extrato bancário.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Eu posso, sim, estar mandando para vocês.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Tudo que você prestou trabalho para a Amazon Conservation Team. Agora, teria que mandar o mais rápido possível porque precisamos analisar.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Ok.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Agradecemos a sua colaboração, de grande valia, e está dispensada a sua participação.

O SR. AMAURI DE OLIVEIRA NUNES - Muito obrigado por tudo.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Na seqüência, convidamos o Sr. Otávio Nolasco de Farias a tomar assento à Mesa. Solicito que preste o juramento em atendimento ao art. 203 do Código de Processo Penal.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Faço, sob a palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em conformidade com o art. 210 do Código de Processo Penal, informo à testemunha de que o crime de falso testemunho está assim descrito no Código Penal, art. 342:

“Art. 342 - Fazer afirmação falsa, ou negar, ou calar a verdade, como testemunha... Pena - reclusão de 1 a 3 anos e multa”.

Com a palavra o Sr. Otávio de Farias, por até 20 minutos, caso queira fazer uso da palavra antes de responder às perguntas dos Deputados.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, demais pessoas aqui presentes, procurarei ser o mais breve possível porque sei que vocês já estão cansados, mas antes de falar da Fazenda Serra Branca e da preservação, quero fazer uma pequena preleção do começo e por que a Fazenda Serra Branca é uma das áreas mais importantes no Estado da Bahia, onde as araras estão quase saindo da extinção. Eu tenho compromisso com a natureza porque, quando garoto, matei um macaco e, desse dia em diante, prometi a mim que um dia teria uma grande área onde preservaria não só os macacos, mas toda a biodiversidade. E aí, começando a fazer o curso de Direito em Salvador, no primeiro ano, meu avô adoece. Volto para a cidade de Jeremoabo para tomar conta dos seus negócios, que era de posto de gasolina. Com o passar dos anos, adquiri 7 postos: 2 na cidade de Canudos; 1 na cidade de Santa Brígida; 1 na cidade de Antas; e 2 no Município de Jeremoabo. E aí comecei a comprar terras com a ajuda da família. Antes do ano 2000, conheci o Sr. Ribamar, funcionário do IBAMA, acompanhado do Seu Caio — 1989, 1988, não me recordo bem. E fiz ver a eles, como representantes do IBAMA, as dificuldades que tínhamos com a fiscalização e com a inoperância do órgão que até hoje se faz. Ao evento do tráfico de araras, surge em cena o Sr. Zelito, residente em Pombal, Estado da Bahia, em Cipó, Estado da Bahia, e com isso identificamos os traficantes, traficantes pegadores, na época. Acompanhado da equipe do IBAMA, fui com o Sr. Ribamar e apreendemos as redes. Levei à Polícia Civil do Estado da Bahia para que tomasse depoimento do Sr. Joselito, cujas cópias do depoimento estão aqui, onde ele se diz responsável pela iniciação desses 2 rapazes no tráfico, o Sr. Antônio José e o Sr. José Carlos, conhecido por Carlinhos. Há 10 anos, em 1991, aparece na Fazenda Serra Branca o Sr. Charles Muun, acompanhado do Sr. Pedro Lima. Gostaria de um pouco de



atenção porque disso tudo vai sair daqui uma decisão importante para o meio ambiente e para a preservação. O Sr. Pedro de Lima me procura com o Sr. Charles Muun, com um pintor francês, no intuito de pintar a arara e angariar recursos para a preservação. Na época, a Dra. Judith Hart, hoje aposentada, que subvenciona dinheiro para a Fundação Biodiversitas, disse-me que tinha certeza de que o Charles Muun era traficante. Conseqüentemente, fiz ver ao Sr. Pedro Lima que não o deixaria entrar na fazenda, face a informação que vinha dos Estados Unidos através dessa senhora. O Pedro Lima perguntou-me se, posteriormente, ele aparecesse com uma organização aprovada pelo Governo, poderíamos trabalhar juntos. Eu disse a ele que fizesse a sua ONG e aparecesse para nós a analisarmos. No ano 2000, aparece a presença desses traficantes e a presença do IBAMA. Apreenderam-se as redes, fomos até as barreiras, uma área de influência notável também, onde há mais de 100 ninhos de papagaios e onde freqüentam 70 araras-azuis-de-lear, diariamente, oriundas da Serra Branca para poderem se alimentar. Fiz ver no Comitê que, no ano de 2001, com a portaria do Casara, fui participante, membro do Comitê de Preservação e Manejo da Arara-Azul-de-Lear. Hoje é Comissão Internacional. Progredimos, mas não progredimos na preservação. E aí? Fiz ver a esses senhores que a área das barreiras era uma área vulnerabilíssima, e este ano, a despeito de todas as informações que eu tinha dado, ninguém tomou providência. Vendi 2 caminhões e comprei a área das barreiras. Dois terços da fazenda pertencem à APA Serra Branca, a Área de Proteção Ambiental da Fazenda Serra Branca, que é composta da Fazenda Serra Branca, Fazenda Logrador, Fazenda Arapuá, Fazenda Natureza, Fazenda Iurié, Fazenda Cantinho, agora incorporada à Logrador. Talvez vocês possam até me perguntar ou estejam nas suas mesas aí: como esse homem adquiriu isso tudo aí? Eu tive 6 postos de gasolina, nos quais dinheiro entrava diariamente. Com isso e com a ajuda da família consegui transformar 33 araras existentes na época da compra em quase 600 que existem hoje. Com recursos próprios, sem interferência do Governo Municipal, sem interferência do Governo Federal ou Estadual, que nunca se fizeram presentes. Agora, em Jeremoabo, o Prefeito, por sinal meu primo, adotou a arara-azul-de-lear como símbolo da cidade, mas só no papel, infelizmente. E aí aparece o Sr. Pedro Lima com a Fundação BioBrasil. Conversei com o Ribamar e acordamos que nós



aceitaríamos a ONG Pedro Lima, para fazer parceria. Mas, na verdade, nós queríamos era desenvolver a estratégia de trazer para nós os traficantes e monitorá-los dentro da fazenda. E assim foi feito. Pedro Lima começou a pagar 6 homens, os 2 traficantes e 4 indicados por minha pessoa, e eu, gerindo o projeto da Fundação BioBrasil. Com isso, eles estavam de pés e mãos atados. Botei os traficantes para roçar mato, limpar licuris, e botei os meus vigilantes para vigiá-los. Isso não os agradou muito. Mas minha intenção ia muito mais longe. Posteriormente surgiu o CECA, o Centro de Inteligência, com meu grupo de informantes, que tenho, que abrange uma razão de quase 200 quilômetros, que não é municipal, é intermunicipal, e começamos a ter todas as informações necessárias. O Sr. Pedro Lima, passado o primeiro ano, onde eu limpei os licuris para as araras comerem com seus traficantes, disse: “Otávio, você está cansado, você cuida de posto, você tem que andar num jipe aqui dentro e isso... estou pensando que você está um pouco desgastado fisicamente. Gostaria de botar um gerente.” Eu pensei mais adiante e disse comigo mesmo: “Eu acho que vou aceitar, porque eu quero ver até onde isso vai chegar.” E aí o homem bota um gerente, um professorzinho primário, de Água Branca, localidade dos 2 traficantes, funcionários dele. Que fez ele? Imediatamente transformou o horário, pegou o meu pessoal de confiança e botou para trabalhar sexta, sábado e domingo e botou os 2 traficantes, os outros 4 para trabalhar segunda, terça, quarta, quinta e sexta. Ora, a fazenda ficava na mão da Fundação durante esses dias, mas eu, com o serviço de inteligência, comecei a rastejar. No interior, assim como Lampião fazia, tinha os seus rastejadores, eu também tinha os meus rastejadores. No passado, eu tive pistoleiros a meu serviço para preservar essas araras. Homens evadidos de Pernambuco, Alagoas eram bem-vindos na Fazenda de Serra Branca, porque quem pegava lá no mínimo saía com as costelas quebradas. Perdoem-me, assim, a franqueza, mas os tempos mudaram. Hoje existe a educação ambiental, que não dá certo. O IBAMA, inoperante, como todo órgão público, maus funcionários, relapsos, desonestos e alguns com a categoria e o gabarito como a equipe de Vitória da Conquista, como Otacílio, que, na época, era um homem que sabe lidar com o público. Agora, saem daqui de Brasília gastando o nosso dinheiro para fazer eventuais incursões para dar resultado. O que fazem, então? Pegam um papagaio de um borracheiro, 5 mil reais. O cara não tem nem



dinheiro para comprar papel higiênico. Pegam um periquito de outro ali, 3 mil reais. Pegam um cardeal, outra multa. No entanto, o meio ambiente está a desejar. A Serra Branca é o grande celeiro, não só da arara-azul-de-lear, mas de toda a biodiversidade. E o que me dói, e o que me choca é que eles saem para a Reserva Ecológica Raso da Catarina para ser depredados, para serem pegos, para serem mortos nas barbas do IBAMA. Inclusive fomos de helicóptero para pegar apenas uma pessoa que abriga um caçador, um traficante. Mas não se acampa no Raso da Catarina, não se acampa na reserva ecológica para dar a nós, brasileiros, os bons resultados, não. Acontece que quem assume os cargos aqui em Brasília são dotados de vaidade, de petulância — pequeno Deus —, e não dão o verdadeiro valor àqueles que trabalham e que preservam. Modéstia à parte, eu posso dizer a vocês que, se não fosse esta presença truculenta que todos dizem no IBAMA que têm medo, não existiria mais nenhuma arara. E se eu morrer amanhã, eu não dou 90 dias para elas estarem extintas. É preciso que os senhores, como Deputados, revejam a lei — esqueci a lei —, essa lei tão branda que ajuda os traficantes: pagam 50 reais, 100 reais, e estão na rua, quando se vende uma arara-azul-de-lear, que chega aos pontos culminantes de 50 mil dólares, lá no exterior. Gostaria também que houvesse a punição e a proibição do catálogo de preços de animais silvestres. Isso é um incentivo ao tráfico, é um incentivo às pessoas honestas e direitas que, às vezes, fraquejam com essa iniciativa. De modo que o Sr. Pedro Lima ficou no projeto. No ano de 2003, em março, caem duas araras do ninho, supostamente duas araras. Um membro da Praia do Forte, um biólogo que fazia o censo na região, lá na Fazenda Serra Branca, acha essas duas araras, em pleno censo. Mas meu serviço de investigação interno levou os rastros dos dois funcionários da Fundação BioBrasil, protegida pelo Sr. Charles Muun, aos ninhais de onde caíram as araras. Não tive dúvidas. Provoquei a reunião com o Sr. Pedro Lima, o que só veio a acontecer em dezembro de 2003 — essas araras caídas em março. Fiz ver a ele a condição que estava, inclusive que eu tinha gente lá dentro e que, se houvesse qualquer coisa... Mas queria que ele viesse para nós tomarmos uma providência. Então, no dia 30/11/2003, chegou o Sr. James Gilardi, da World Parrot Trust, e reuniu-se na Fazenda Serra Branca. Eu não sei falar inglês, mas também não sou burro. Contratei um intérprete, em Paulo Afonso, e disse: “Meu amigo, quanto você



quer para me acompanhar”? O cara se tremia de medo. Na época, podia andar armado, não é? Eu mostrei uma automática que eu tinha e disse: “Sua segurança está aqui. Vamos lá”. E o cara foi comigo. Eu disse: “Você fica quietinho. Se ele falar mal de mim, se o filho da puta falar mal de mim, você me diga, que eu tomo uma providência, na hora”. E aí o cara ia financiar também a Fundação BioBrasil. Eu fiz ver ao James Gilardi, da World Parrot Trust, que a única terra reprodutiva de araras-azuis-de-lear e de toda a biodiversidade chamava-se Serra Branca, que produz 99% das araras da região, inclusive as que estão em Canudos, que quase acaba com o tráfico, reproduzem lá. E agora estou com uma bomba na mão. Comprei as barreiras. Como fazer? Eu sou um só. Eu não tiro férias. Preciso da ajuda de todos vocês. Não quero ninguém estranho lá dentro, porque vão sair por todos os ninhais. Se eu botar funcionários de uma terceirizada dessas, o que vai acontecer? Vão identificar 60 ninhos de araras e, mais tarde, estar juntos com os traficantes pegando. E aí? Temos de achar um denominador comum. O Sr. Pedro Lima disse-me o seguinte: “Pedi que demitissem sumariamente o gerente, os 2 funcionários traficantes”, que inclusive tornou-se, como funcionário da Fundação BioBrasil, compadre de Zelito, o maior traficante de arara-azul-de-lear. E o intérprete me passou as coisas e eu dei um banho do jeito que eu queria dar. Quando a gente perde a cabeça, elogia a mãe, os filhotes etc. E aí, essas araras estão lá na Serra Branca, essas duas araras, em cativeiro, cujo relatório está aqui. O Pedro Lima afastou-se da fazenda, de malas e bagagens. Até o milho que nós damos às araras diariamente, para que os traficantes não peguem lá fora, ele levou. Cheguei na fazenda, não estava mais. Ótimo. Que fiz eu? Continuo dando alimentação às araras em uma área intermediária chamada Vaca Morta, dentro da própria fazenda. São 20 quilômetros ou 30 de extensão. E agora me surpreendo, que o CEMAVE, através de uma fundaçãozinha, estava me pagando. Eu pagava mil e quinhentos e 2 de milho, espigas a 10 centavos, ela me ressarcia. E um funcionário do CEMAVE/IBAMA, o Joaquim Neto, me disse esta semana que o João Luiz Xavier do Nascimento, do CEMAVE, não iria mais pagar os milhos. Eu disse: “*Eu vou continuar pagando esses milhos, e talvez vocês vão pagar caro por isso*”. Então, se tem dinheiro para fazer vôos de helicóptero, se tem dinheiro para se projetarem missões fantasmas — porque são missões fantasmas, porque aquilo que não produz é fantasma, mas o



dinheiro do contribuinte está indo —, e não tem dinheiro para alimentar uma arara no meio ambiente, não tem dinheiro para que as protejamos seriamente. Gostaria que, através dos Srs. Deputados, a rede de informação e de inteligência do IBAMA voltasse, porque foi o tempo áureo. O tempo da dinâmica da reprodução foi no tempo do centro de inteligência. Hoje eu tenho minhas informações para passar para quem? Para algum borra-fraldas, que saiu ontem do colégio e não sabe nada do que é preservação? De um cara que está em Paulo Afonso, que mal me conheceu, não me procura para nada, que já saiu daqui predisposto pelos escalões do IBAMA, que se escondem no véu negro da impunidade? Inclusive uma senhora da diretoria do IBAMA, no ano de 2003 — eu estava em Salvador —, abriu um arame nosso para que animais silvestres bebessem. Está aberto até hoje, dando entrada a traficantes e caçadores. O nome dela? Sueli Monteiro. Quem autorizou? Edilene Menezes. Sabem por que fez isso? Porque Edilene Menezes botou como cabide de emprego, em Paulo Afonso, Bahia, um seu irmão, advogado, para ser chefe do IBAMA. Um dia, com o Deputado Federal Mário Negromonte, que vocês conhecem, Deputado Federal, podem perguntar, Mário Negromonte, de Paulo Afonso, me disse: “*Otávio, responda-me uma coisa: como é que o IBAMA — sabendo do meu relacionamento com o IBAMA — põe um cara daquele na chefia? Processos na OAB, salafrário, desonesto?*” E eu denunciei na outra CPI e abri o bocão. E a Edilene é irmã dele. Por isso que abriu meu arame? Por isso que não...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Quantos minutos mais o senhor precisa?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Uns 10 minutos. É possível?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Em 5 minutos o senhor resumiria?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - É...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Faça um esforço, por favor.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Muito bem. A gente perde um pouco o raciocínio. Mas, veja bem, a raça não perde não. Eu cedi para o IBAMA, para o CEMAVE/IBAMA, uma área de licuri irrigado, só que Serra Branca é auto-suficiente em licuris, na natureza. Só que eles não limpam. E eu já estou cansado de



gastar do meu bolso. Isso resolveria o problema de auto-suficiência em alimentação, e as araras não iriam buscar alimentos a 60 quilômetros, como lá nas barreiras, que eu tive que adquirir para protegê-las. Se essas araras estivessem em extinção, creio que a notoriedade seria maior, o ibope era maior, dinheiro a rodo, como a ararinha azul lá de Curuçá, que foi extinta. Milhares de reais que foram gastos lá; e, no fim, elas foram extintas. Então, nunca recebemos a diretoria do IBAMA para nos visitar nem ver o nosso trabalho. Haja vista que a reserva ecológica do Raso da Catarina é freqüentada por traficantes de madeira, traficantes de pássaros e caçadores, nas barbas do IBAMA, e, segundo o nosso centro de informações, com anuência de funcionários. Estou aqui com um relatório, que vou passar, toda essa documentação vou passar para a CPI. Está aqui a queixa da Polícia Civil contra a Sra. Sueli Monteiro; está aqui uma carta ao então Diretor Substituto de Proteção Ambiental, Luciano Menezes, em que peço providências sobre essa atitude irresponsável. E no bojo do ofício eu faço o seguinte: “Perplexo estou com a falta de informações dentro do próprio órgão. Há mais de 20 anos preservo a biodiversidade nas fazendas de Serra Branca, Raposo, Alagador, etc., todas situadas no entorno do Raso da Catarina, e parece que não me conhecem ou reconhecem dentro do IBAMA. Sou reconhecido na Alemanha, na Holanda, na França, nos países sul-americanos e na América do Norte pelos serviços prestados ao meio ambiente. Em meu País, não estou à procura de reconhecimento ou aplausos, mas de uma apuração rápida e com respostas urgentes do contraditório. Vale dizer que a área é contígua e aberta, fazendo entrarem caçadores e traficantes. Com o episódio, nossa imagem está arranhada, nossa parceria põe dúvidas com a ação infeliz, covarde, traiçoeira, vil, acreditando-se ser apenas uma ação isolada, sem o conhecimento dos altos escalões do IBAMA em Brasília. Portanto, senhores, essas araras lá estão e, como sou membro do Comitê Internacional da Arara-Azul-de-Lear, recebo o relatório para opinar, assinado por Ricardo José Soavinski e por Lara de Melo Barros, onde está o cativeiro da arara, onde ela sugere que essas aves, que estão perfeitas, aptas, que nasceram na Serra Branca, estão no seu hábitat. Ela sugere que essas aves... *“Minha sugestão é que essas aves sejam destinadas definitivamente para cativeiro, onde devem integrar o programa de reprodução.”* No meu entender, já que não reproduziram nenhuma — eu não sei —, as que estão lá mutiladas é que devem



estar no programa de reprodução, e não essas. Se elas, por acaso, não forem reintroduzidas, lá deverão ficar para educação ambiental, botar a voadeira perto de um paredão, fazer um ninho artificial para que elas se reproduzam no hábitat. Portanto, meus senhores, eu, como membro do Comitê, sou contra a saída dessas araras e gostaria que os senhores me apoiassem nesse concurso. Estou aberto a todas as perguntas que quiserem fazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - Obrigado.

Eu tenho aqui as perguntas preparadas pela Assessoria ao Sr. Relator. Gostaria de encaminhá-las ao Dr. Rosinha, que foi o autor do requerimento ou, inicialmente, ao Dr. Deputado Casara. V.Exa. já tem? (*Pausa.*) Está perfeito.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Primeiramente, agradeço ao Deputado Dr. Rosinha, para que eu pudesse fazer as perguntas ao Sr. Otávio.

Sr. Presidente, queria fazer também, apenas para registro desta CPI — considerando, evidentemente, as importantes informações que o Sr. Otávio traz a esta Comissão —, dizer ao Sr. Otávio dos esforços do IBAMA enquanto instituição na defesa do meio ambiente. Evidentemente, a gente entende o IBAMA como instituição, e as falhas que ocorrem, que cada gestor tenha de tomá-las, para que a gente não possa confundir o papel da instituição com, porventura, alguns desvios de um ou de outro.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Exatamente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Faço apenas esse registro, com muita justiça, aos bons servidores do IBAMA. Agora, queria também fazer mais uma informação, Sr. Presidente, para que conste dos registros como forma de consolidação do relatório final: o CECA, centro de inteligência, foi uma forma de combater efetivamente o tráfico de animais silvestres, porque, como bem colocou o Sr. Otávio, o traficante precisa de um trabalho silencioso de inteligência para que a gente consiga identificar e punir os verdadeiros mentores e financiadores do processo. Por isso, o CECA surgiu àquela época. E o terceiro registro é que, naquele momento, constituímos vários comitês como forma de dar mais transparência à fiscalização e à proteção das unidades de conservação. Entendíamos que, com o comitê, pessoas fora do quadro do IBAMA, pessoas de



reconhecida importância da conservação, dessem sua parcela de contribuição; daí porque o Sr. Otávio foi um dos escolhidos naquela época para dar sua colaboração também nessa importante missão de proteger as araras-de-lear.

Conversando, Sr. Presidente, aqui com o nosso dileto amigo, o Deputado Dr. Rosinha, verificamos que, em função do objeto da exposição do Sr. Otávio, já respondendo a algumas perguntas, e do objeto desta Comissão, selecionamos aquelas perguntas que são fatos reais do ato investigatório e objeto desta CPI.

Sr. Otávio, a primeira pergunta: por que o IBAMA nunca o reconheceu como parceiro na preservação da arara-azul-de-lear, mesmo sendo V.Sa. membro permanente do Comitê para recuperação e manejo dessas aves?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Somente no ano de 2001 — e é a portaria assinada por V.Exa. — eu passei a ser membro do comitê. Inclusive, o comitê foi dissolvido, dada uma indicação nossa de não haver justificativa de dois comitês... haver reunião no Mato Grosso do Sul. E eu pedi, naquele instante, que os Comitês fossem dissolvidos: o da arara-azul-de-lear, ficando no Estado da Bahia, área de ocorrência de arara-azul, e o da arara-azul-grande, que ficasse lá no Pantanal. E que as reuniões fossem em Paulo Afonso, Jeremoabo e Canudos. Hoje, nós estamos tendo reuniões na Praia do Forte. Quanto ao reconhecimento, na época do Lopes e do Ribamar, qualquer telefonema nosso, em função de tráfico, era atendido. Mas as cabeças mudam. E, quando eu falei no IBAMA, não falei no órgão, nas pessoas. Algumas pessoas... As pessoas saem, o órgão fica. É preciso que haja uma decantação, é preciso que haja uma depuração realmente e se coloquem nos cargos-chave pessoas que realmente vistam a camisa da preservação do meio ambiente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Obrigado.

Próxima pergunta, Sr. Otávio. Conhecidos traficantes de araras como Nascimento Gonçalves e Lourival Machado são tidos como responsáveis pela extinção da ararinha-azul, a *spixii*. Que outros traficantes vêm atuando na região e poderiam levar à extinção da arara-azul-de-lear?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu estou aqui com o depoimento da Polícia Civil. Na época, em 2000 — por sinal, o Delegado, muito meu amigo —, eu provoquei a chamada dos três traficantes e eles deram os nomes dos outros



traficantes, inclusive até um Zé Maria Preto, que o IBAMA desconhece. Está aqui no relatório da Polícia Civil.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor poderia citar os nomes dos três, Sr. Otávio?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu vou deixar essa documentação com os senhores.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Perfeito.

Próxima pergunta, Sr. Otávio. Carlinhos Maroto e Antonio José operam juntamente com o maior traficante de araras de todos os tempos, Joselito dos Santos, que depôs perante a CPI anterior. V.Sa. tem conhecimento de que ambos, assim como outros três traficantes, vêm recebendo salários e assistência médica há quatro anos e meio, bancados pelo Sr. Charles Munn, sem oferecer trabalho em troca?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu tenho conhecimento. Tenho conhecimento porque meu centro investigatório me trouxe a informação, e eu fui ao pai de um deles, que atrasou o salário. Eu digo: *“Mas atrasaram seu salário? O que foi que houve?”* Ele disse: *“É, mas agora já pagaram, já estão certos”*. Até conta de banco, se quiser. É no Banco do Brasil que ele recebe, viu?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Então, o senhor afirma a esta Comissão que o Sr. Charles Munn vem mantendo na sua folha de pagamento conhecidos traficantes...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Através da BioBrasil. A BioBrasil é quem paga. E quem está por trás da BioBrasil é Charles Munn.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Mantém na sua folha de pagamento conhecidos traficantes de araras-de-lear.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – É. O importante... Nas Barreiras, fazendo um adendo, nas Barreiras, a propriedade adquirida agora, ainda tenho uma parcela que não compramos. E a pessoa que mora lá, que é filho da fazenda, de um dos donos da fazenda, fica segunda à tarde, terça, quarta, quinta e sexta. Sexta à tarde, logo sexta, sábado, domingo e segunda até a tarde, a fazenda fica vulnerável. E esses traficantes desaparecem. E lá é o maior centro reprodutivo de papagaios. E freqüentam diariamente entre 60 e 80 araras, uma média de 70 araras. Já pedi a



uma organização que cuida de papagaios na Alemanha, que me deu uma bomba submersa lá para Serra Branca, nos ajudou a comprar uma Toyota das antigas —, já pedi dois funcionários, que eles possam pagar dois funcionários para mim, para que eu possa botar lá nas Barreiras, dois homens escolhidos a dedo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Mais uma pergunta, Sr. Otávio. A unidade do IBAMA mais próxima do local de ocorrência das araras-azuis-de-lear é o escritório regional de Paulo Afonso.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Exatamente.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Que tem apenas um servidor e 35 Municípios para fiscalizar. Qual é a participação efetiva desse escritório para a preservação da arara-azul-de-lear, na sua opinião?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu devo dizer que eles não cuidam nem da própria reserva. Está respondido.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Última pergunta, Sr. Otávio. A CPI tem conhecimento de que a bióloga Tânia Maria, da Fundação Biodiversitas, responsável pela Estação Ecológica de Canudos, declarou que a arara-azul-de-lear que estava apreendida no povoado Sítio do Quinto foi levada por um servidor do IBAMA de Brasília, e foi levada para um local desconhecido. V.Sa. sabe o fato, o nome do servidor e o destino dessa arara?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – A arara foi apreendida no Sítio do Quinto. Aliás, já domesticada essa arara. E foi entregue, na época, a uma bióloga do CEMAVE. Posteriormente, veio um funcionário do IBAMA e levou essa arara. Eu gostaria que vocês... que os senhores investigassem, para saber o destino delas, porque eu quero saber também. Como gostaria de saber também, através dos senhores, quanto o Ministério do Meio Ambiente aplicou na fazenda Serra Branca no plantio de licuris, porque eu não sei. Eu cedi a área cercada. Está plantado o licuri, com aspersão. Gostaria de saber quanto foi aplicado, porque houve, em certa época, uma informação do Sr. Pedro Lima, que gastou-se 250 mil dólares lá na Fundação Biodiversitas para plantar licuri e outras coisas. E não sei onde esse dinheiro está. Então, para evitar que mais tarde eu sofra a mesma pergunta, eu gostaria que, através dos senhores, solicitassem ao Ministério do Meio Ambiente quanto se gastou na fazenda Serra Branca no plantio dos licuris, já que eu cedi a



terra, já dei quase toda cercada, apenas um terço por cercar, 3 hectares. Eu gostaria de saber esses números, porque, se esses números não condizem com a verdade, vocês irão saber.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Só concluindo a pergunta, Sr. Otávio, esse exemplar de arara-azul-de-lear saiu da Reserva Biológica de Canudos, correto?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Essa que pegaram em Sítio do Quinto?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – É, no Sítio do Quinto.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu não tenho... eu não tenho esse conhecimento. A Tânia deve ter sabido, porque fazia censo, na época do CEMAVE. A funcionária anterior... Como é o nome dela? Esqueci o nome. Então, Tânia sabe que foi apreendida essa arara, porque essa funcionária do CEMAVE deu informação a ela. Foi essa funcionária do CEMAVE que foi buscar essa arara. Eu acredito... Em Canudos não é muito difícil isso aí não.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Certo. Mas essa arara teria sido entregue a uma técnica do CEMAVE.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Exatamente. Eu estou esquecido do nome dela agora, meu Deus!

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - E ela teria saído de lá para onde?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Bom, cabe aos senhores a investigação.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Pois é isso o que nós estamos perguntando ao senhor, se o senhor tem algum conhecimento.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Não, eu não tenho.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Muito obrigado.

Seriam essas as perguntas, Sr. Presidente.

Muito obrigado, Sr. Otávio.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - É convocar a moça, que ela vai dar todo o detalhamento. Outra coisa que eu queria acrescentar, eu gostaria de acrescentar mais uma coisa: se essas araras que estão no cativeiro na fazenda



Serra Branca forem realmente enviadas para o cativeiro, eu, como preservador, vou achar que isso é um tráfico branco, um tráfico oficial. Está feita a minha observação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) - O Deputado Casara poderia fazer as perguntas também destinadas ao Presidente, já na seqüência? V.Exa. já saberia se há alguma repetida.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Enquanto isso, pergunto, Sr. Presidente, ao Sr. Otávio se pode repetir essa última...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Última frase?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Essa última afirmação que o senhor fez.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Eu não estou afirmando, eu estou dizendo que, no meu entender, se essas araras forem... Eu acredito que não vá para o zoológico de São Paulo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Veja o senhor que essa informação nós estamos solicitando porque ela é uma informação importante.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - E está aqui no relatório. Vou deixar o relatório para vocês. Eu, como membro do comitê, recebi o relatório. Está aqui, para entregar. Infelizmente, eu sou odiado por essas coisas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Otávio, é que essas informações são importantes, e elas não podem ficar soltas, sob pena de...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - De se perderem aos ventos.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - É, sob pena de não se apurar a verdade e sob pena de se deixar suspeição com quem não tem nada a ver com isso.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Nada a ver com isso, claro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Exatamente, é responsabilidade dos membros...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Isso é uma opinião pessoal. Vou repetir: eu estou dizendo que, se essas araras saírem da Serra Branca, já que não estão aptas a retornar ao meio ambiente de lá, ao hábitat em que estão, lá dentro...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Essas araras, quando o senhor fala, são quantas?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Duas, um casal.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Um casal. Está sob responsabilidade de quem?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Do CEMAVE.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Do CEMAVE, perfeito.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - O CEMAVE paga 2 funcionários meus para tomar conta delas, porque eu não quero outra pessoa lá dentro, senão eu vou botar mais traficante, mais gente que vai saber de ninhos, etc., etc. Eu afirmei o seguinte: se o comitê aprovar a saída dessas araras para um zoológico do Rio, um zoológico de São Paulo ou para a Praia do Forte, onde o IBAMA está gastando fábulas, eu aí vou considerar essa ação como se fora um tráfico branco, um tráfico oficial. Essa é a opinião pessoal.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Presidente, damos prosseguimento às perguntas do Presidente.

Esta CPI recebeu denúncia de que caçadores estão pagando fretes com a extração de madeira da Estação Ecológica do Raso da Catarina, que são comercializadas nas adjacências, tudo isso com ciência dos servidores Elton e Cícero, ambos lotados na estação ecológica. V.Sa. tem conhecimento desse grave delito ambiental?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Tenho conhecimento. Pelo serviço de informação, eles entram realmente. Entram com a Toyota, levam caçadores; os caçadores cortam as madeiras como pagamento do frete e voltam com caça, com animal silvestre e com pássaros. Agora, cabe ao IBAMA investigar, porque há anos eles fazem isso, e o IBAMA não enxerga.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta. Esta CPI recebeu notícias de que, além das questões relativas à preservação das araras propriamente ditas, V.Sa. defronta-se com problemas fundiários, conforme estudos recentemente efetuados pela Diretoria de Ecossistemas. O que V.Sa. tem a declarar sobre isso?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Tenho a declarar o seguinte: que mapa se faz a qualquer hora que você quiser, GPS se usa a hora que você quiser, a bel-prazer; que essas propriedades que nós temos são propriedades centenárias. O IBAMA procure mostrar serviço, não é criar questões fundiárias com ninguém, nem



com o pessoal que está lá dentro. Ele deve levar uma cesta básica lá para dentro e tornar aquela pessoa que está lá dentro como parceiro. Afinal de contas, eu detenho a maior área reprodutiva de arara-azul. Isso deixa a desejar, não é?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Esses conflitos fundiários seriam com quem? Com vizinhos? Com “parceiros”?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Não. Tem uns vizinhos lá que eu até estou com a escritura deles em mãos — não está aqui —, que está mais além de mim. A questão é focar, a questão é achar uma vítima, um bode expiatório; a questão é dar ênfase ao que não existe. E, outra coisa, devo dizer aos senhores que, mesmo se eu não detivesse estas terras, eu sou uma pessoa que preserva há 30 anos e deveria ser considerado como tal, mesmo que eu não detivesse a posse dessas terras. E somente agora... Veja o decreto do IBAMA, veja se há desapropriação nessas áreas. Inclusive eu estive com um servidor ultimamente aí, numa ação dessas aí, uma ação preventiva, onde faz apreender papagaios, periquitos, pássaros, nas cidades. E dizia a eles mesmos que achava um absurdo e que ia levar isso ao conhecimento superior. Como é que você vai apreender pássaro e dar multazinha de 30, 40? Quero saber quanto o IBAMA já recebeu de pessoas paupérrimas, para chegar aqui relatório de tantos pássaros, não sei quantos, tal. Pelo amor de Deus! Se quiserem, eu gostaria que vocês, da própria Comissão, dirimissem essas dúvidas.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta, Sr. Otávio. Esta CPI foi informada de que V.Sa. tem atualmente parceiros europeus que estão investindo financeiramente na preservação da arara-azul-de-lear. Isso é verdade? Em caso afirmativo, que parceiros são esses, qual é o interesse deles e de que forma se dá essa ajuda?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Veja bem, eu acabei de dizer a V.Sas. que um órgão alemão que cuida de papagaios, uma fundação alemã, nos ajudou com uma bomba submersa quando esteve visitando a fazenda. E nos ajudou na compra de uma Toyota. E que eu pedi ajuda para eles para nos pagar uns vigilantes para que eles preservassem as araras. Só isso. Se tem mais alguma informação, essa informação é errada. E desafio...



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta, Sr. Otávio: V.Sa. poderia dizer quem são Charles Munn e Pedro Lima?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Charles Munn é americano, e Pedro Lima é o testa-de-ferro de Charles Munn.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Mora onde, Sr. Otávio, o Pedro Lima?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - O Pedro Lima mora em Salvador.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Tem negócios...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Não, ele é funcionário da CETREL, um órgão ambiental.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta, Sr. Otávio: V.Sa. poderia dizer se o Sr. Charles Munn tentou comprar terras vizinhas aos comedouros das araras-azuis-de-lear?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Tentou comprar as barreiras, mas eu comprei primeiro.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Por que ele tentou comprar, Sr. Otávio?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Ora, eu expulsei ele da Serra Branca. Para que essa fundação tivesse vida, era preciso que preserve... O intuito dela objetiva a arara-azul-de-lear. Ele fazia turismo. Ora, se ele não tem uma área, ele não pode preservar; se ele não tem uma área, ele não pode ter turismo. Então eu comprei dois terços da fazenda, e vou adquirir, num futuro bem próximo, o terceiro terço.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Na sua avaliação, qual foi a participação da Fundação BioBrasil nesse episódio?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Qual episódio?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - A tentativa de compra da área do Sr. Charles Munn.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Das barreiras?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Isso.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - As barreiras ele botou os funcionários para comprar. Eu aí soube que eles estavam muito interessados e,



habilidosamente, adquirir as áreas. E, outra coisa, caçador lá não está existindo não, nem traficante. Talvez... Meu avô dizia o seguinte: que o homem é respeitado pelo dinheiro que tem e pelo medo que pode causar. E é verdade! Portanto, a área está lá. Quero o apoio de vocês. E eu acho que vou reduzir em muito o índice de tráfico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta, Sr. Otávio. Na realidade o senhor já respondeu, mas apenas para que fique registrado.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Pode mandar bala para cá.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - É verdade que o Sr. Charles Munn usa a Fundação BioBrasil, cujo Presidente é Pedro Lima, apenas como fachada para o tráfico de animais?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Bom, eu não posso dizer que... dar essa afirmação. Cabe a vocês investigarem. Ele tem lá no Piauí uma grande área, portanto... E, outra coisa, esse negócio de chamar traficante para reintegrar à sociedade é pura besteira. Se você deixar esse traficante no próprio ambiente, o tráfico continua. Na saída dos funcionários, o Sr. Pedro Lima me disse o seguinte... Eu disse: *“Quero que demita”*. Ele disse: *“Não vou demitir, vou levar para a CETREL”*. Eu digo: *“É na CETREL que é lugar de traficante, aqui não”*. Porque eu não acredito que você tente reintegrar um homem de onde ele é traficante. Se reintegra num emprego totalmente diferente... Porque o dinheiro, infelizmente o dinheiro fala mais alto, a cobiça fala mais alto. Então, é errado. Se o sujeito é traficante de arara, bota para ele tomar conta de canário, que do canário o preço é deste *“tamanhinho”*. Aí dá um salário mínimo para ele, ele está satisfeito. Agora, botar para preservar não dá certo: come o dinheiro de quem tá pagando e ainda volta para o tráfico.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Otávio, a próxima pergunta. Charles Muun tentou implantar atividade de ecoturismo na região de V.Sa. por meio da Fundação BioBrasil. Isso de fato ocorreu?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Ocorreu.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Quais foram os resultados?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Ocorreu. Ele me chamou e disse: *“Olha, Otávio, sei de suas dificuldades aqui. Vou trazer os turistas, uns 3 ou 4 grupos, e vou doar à Fazenda Serra Branca”*. Eu digo: *“Veja bem, você não vai doar*



a mim. De preferência à Fazenda Serra Branca, isso ou aquilo”. “Vou doar 50%”. Eu aceitei. Só que eu nunca vi um real. Aí comecei a dizer: “Pedro Lima, cadê o descarado? Pedro Lima, cadê o desonesto? Aqui nós estamos precisando de um bocado de coisa e tal”. Entendeu? Realmente aconteceu isso, é verdade. Eu comentei isso.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - É verdade também que um dos guias contratados pelo Sr. Pedro Lima era o famoso traficante Joselito dos Santos?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Veja bem, ele não entrou na Serra Branca. No dia que eles foram na Serra Branca, o Joselito não acompanhou. Ficou escondido num hotel, para que eu não tivesse conhecimento, que eu estava com uma sede nele danada, sabe? Mas aí não o vi. Mas ele andava com Charles Muun, andou nas Barreiras com Charles Muun, em Euclides da Cunha, andou em um bocado de lugar, não na Serra Branca.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - A próxima pergunta, Sr. Otávio. Charles Muun tem outros projetos no Brasil. Há locais como Ituberá, na Bahia, e São Gonçalo, no Piauí, em que ele aplica mais de 50 mil dólares em manutenção de pessoal. V.Sa. tem conhecimento dessas aplicações e seus objetivos?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Bom, eu sei que ele tem essa área de preservação lá. A propriedade parece-me que é da Fundação BioBrasil. Agora, não posso dar informações detalhadas, porque eu nunca fui lá ao Piauí.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor tem conhecimento de como esse dinheiro ingressa no Brasil?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Não. Ele traz.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O senhor poderia falar para a gente por que existem tantos traficantes trabalhando para ele em áreas de ocorrência de papagaios e araras?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Repita, por gentileza.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – O senhor poderia dizer para a gente por que existem tantos traficantes a serviço do Sr. Charles Muun, trabalhando em áreas de ocorrência de arara e papagaio? O senhor tem alguma informação mais detalhada?



O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Veja só, na parte que me toca, na região de Jeremoabo... Eu, inclusive, eu conversando com uma pessoa lá das Barreiras, perguntei como é que ele se sentia — está até gravado —, como é que ele se sentia estando dia de sol a sol para ganhar 10 reais. E o Sr. Carlinhos, o Sr. Antônio José, o Sr. Eduardo, etc., etc., ganhavam esse dinheiro da fundação sem fazer nada. Ele me disse: “Sr. Otávio, aí tem maracutaia”. Foi a resposta que ele me deu. Agora, não se justifica. Depois disso, que eles saíram da Serra Branca, o Joselito já foi preso com 6 araras, em São Paulo, parece-me. Ora, pressupõe que tenha sido de Canudos ou das Barreiras, porque as Barreiras é um local vulnerável, onde não existe... Lá é a lei do cão.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Sr. Otávio, o senhor poderia informar a esta Comissão se o Sr. Charles Muun e o Sr. Pedro Lima, eles têm como especialidade o tráfico de araras e papagaios?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Não, eu não posso afirmar isso, porque a primeira tentativa que houve com os funcionários deles, dessas araras caídas, ele voou da Serra Branca. Sei que foram os funcionários dele pelos rastros e pelos meus informantes, que eu deixei vigiando 24 horas por dia. Agora, não posso afirmar nada além disso, porque seria pecar. E eu, quando eu digo, eu provo.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Esta próxima pergunta, Sr. Otávio, o senhor na realidade até já respondeu um pouco dela, mas é apenas para que fique registrado. V.Sa. já recebeu dinheiro ou outros bens do Sr. Charles Muun? Em caso afirmativo, quanto, quando e por que motivo?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Foi nessa época da parceria. Inclusive eu geri o projeto no primeiro ano, como eu já disse a vocês. Eu que fazia os pagamentos dos funcionários, entendeu? E o dinheiro vinha para a minha conta através da Fundação BioBrasil.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Pelas suas declarações, o Sr. Charles Muun, na sua opinião, teria de ser considerado *persona non grata* ao País?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Pelo menos na Fazenda Serra Branca ele é considerado *persona non grata*, viu? Quanto ao País, cabe a vocês, representantes do povo, fazerem um juízo.



O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - A próxima pergunta, Sr. Otávio: qual é a opinião de V.Sa. acerca da declaração dada a esta CPI, em 16/03/2005, por Kilma Raimundo Manso, ex-Chefe da Estação Ecológica do Raso da Catarina, de que o exemplar de arara-azul-de-lear estaria cotado a 100 mil reais no mercado negro? Sr. Presidente, eu dispenso a resposta do...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Não, não, eu vou responder, faço questão.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – É que perde o efeito, Sr. Otávio, para efeito desta CPI.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Não, é que eu acho que é a maior... O senhor fez uma classificação, assim, muito leve. É uma aberração que uma funcionária pública da Polícia Federal, que passou rapidamente pelo IBAMA — e não sei a que veio —, deu uma declaração dessa. Quer dizer, está incentivando o tráfico. Dizer que uma arara vale “x”, todo mundo vai querer pegar uma arara. É preciso que se proibisse essa bolsa de valores.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta, Sr. Otávio: como foi o relacionamento de V.Sa. com a Sra. Kilma Manso, enquanto ela era Chefe da Estação Ecológica?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Fiz algumas denúncias, não obtive êxito. E da última vez que ela esteve já reintegrada à Polícia Federal, que queria ir para Serra Branca, eu disse a ela que teria de me pedir permissão, que eu sou o dono da casa, que lá é uma propriedade particular. Aqui tem — inclusive eu gostaria de mostrar para vocês — o seguinte: tem uma denúncia aqui da própria Iara Barros com o Soavinski, dizendo que funcionários que foram fazer... funcionários do IBAMA que foram atrás de traficantes beberam na Água Branca, ficaram de bermudas, entraram na Serra Branca para tirar fotos. Está aqui, depois vocês vão ler. Gostaria que lessem isso com muita atenção. Os documentos falam mais do que as palavras.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Próxima pergunta, Sr. Otávio. Esta CPI foi informada de que, nos últimos anos, os traficantes interessados nas araras-azuis-de-lear implantaram várias formações de roça de milho na região visando atrair esses animais...



O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Não, isso é o seguinte: quem atraiu...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Só um minutinho, deixe-me só concluir a pergunta. E capturá-los com maior facilidade. V.Sa. sabe quem patrocinou esses plantios? Sabe qual foi o resultado?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - O resultado foi patrocinado por Joselito, o traficante. E quem plantou foi o Carlinhos e o Antônio José, os traficantes pegadores. E por isso que hoje eu, para minimizar o problema, dou milho às araras dentro da Serra Branca, porque os traficantes... Por isso que eu disse a João Luiz, do CEMAVE, que achava um absurdo a gente parar de alimentar as araras, que eu alimentava do meu bolso. Porque, se nós não alimentarmos dentro da Serra Branca, os traficantes vão alimentar fora. E já sabe como é o alimento: você pendurou o milho num pé de micuri, meu irmão, 60 a 75. Aí é só armar a redezinha, que rede eu acho que ainda tem lá pela Água Branca, tem quem faça. Agora, eu não posso pegar o traficante lá na Água Branca e segurá-lo, não é? Eu espero que eu tenha a sorte de achar nas Barreiras ou na Serra Branca.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Última pergunta, Sr. Presidente.

Sr. Otávio, o tráfico de ovos de arara-azul-de-lear e arara... os *hyacinthinus* e outros psitacídeos no Brasil é uma prática comum e constante. Na região de V.Sa. há especialista nesse tráfico, tais como José Santana?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Olha bem...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - Só concluindo, Sr. Presidente.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - Olha bem...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA - O que o IBAMA tem feito — só para concluir — para combater o tráfico de ovos na região, no ciclo de postura, que vai de outubro a março?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS - O senhor sabe de alguma coisa que o IBAMA já tenha feito, não?

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Não, nós estamos lhe perguntando.

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu estou dizendo que eu também não sei o que ele tem feito. Eu sei que o traficante Santana contatou com uma



peessoa de Jeremoabo, um filho de um guarda rodoviário federal que mora lá em Uauá, e este contatou um rapaz bem magrinho lá em Jeremoabo — porque eu faço favores — e perguntou se poderia fazer um transporte de ovos. Ele disse que tinha muito medo. Ele disse: “*Que nada! Paga 50, 100 contos que sai, pode deixar comigo*”. Passei essa informação para o Sr. Ribamar. Foi isso? Este passou para Polícia Federal, mas ninguém nunca apareceu, ninguém tomou providência. Este é o nosso País. Esperamos que, paulatinamente, vá mudando. Dei número de placa de carro, pessoas envolvidas, dei tudo. Agora, eu pergunto: vou dar a quem, se não tiver um centro de informações? Dar ao IBAMA, para mais tarde dizerem que foi o Otávio que disse isso e aquilo? Eu não tenho medo, não, sabe, mas...

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Presidente, concluídas as perguntas, gostaria de parabenizar o Sr. Otávio não apenas pelas...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Eu que quero parabenizar os senhores futuramente e ver que esta CPI realmente deixou frutos produtivos, frutos positivos, porque o nosso País precisa de alguém que possa cuidar melhor dele, cuidar da preservação, cuidar do meio ambiente. Infelizmente, é preciso que os outros venham lá de fora para nos ajudar aqui dentro. Até as organizações que aqui estão, como as ONGs, muitas delas não merecem crédito. Quero parabenizá-los futuramente e não quero ter a frustração de ver que esse trabalho, que essa minha vinda e que esse meu depoimento vá por terra e fique enterrado. Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO HAMILTON CASARA – Sr. Otávio, a cada mês e a cada dia se coloca um tijolo a mais nesse trabalho da preservação.

Eu queria apenas, Sr. Presidente, terminar aqui com uma lembrança do nosso querido Deputado Dr. Rosinha, quando o Sr. Otávio falou que tinha perdido o raciocínio; mas não perdeu a arara, não é, Sr. Otávio?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Não, infelizmente. Se depender de mim, elas sempre vão aumentar. E se depender dos senhores também, claro, para que mude essa estrutura, mude esse conceito, mudem essas pessoas que estão na época da pedra lascada ainda e que não têm a consciência evolutiva do meio ambiente. Eu fui convidado, na UNEB... Eu poderia falar 2 minutos só? Posso, Sr. Presidente, 2 minutos? (*Pausa.*) Fui convidado para dar uma palestra na UNEB. Pensei que essa palestra fosse sobre a arara-azul-de-lear, mas fui convidado como



poeta. Lá chegando, eu disse: *“Estou decepcionado. Pelo trabalho que venho fazendo e pelo meio ambiente, pensei que vocês iam me convidar como preservador que sou. Sou preservador de coração, de alma, e sou poeta por acaso”*. E aí eu disse o seguinte: *“Eu gostaria de ser o ar, onde todos me sentissem, mas não me vissem. Eu gostaria de ser o dia, onde todos me enxergassem, mas não me apalpassem. Eu gostaria de ser as estrelas, com a sua luminosidade constante e distante. Eu gostaria de ser a noite, onde todos temem os seus mistérios. Ah, como eu gostaria de ser o mar, que, quando revolto, trouxesse a bonança e, na sua retirada, levasse as fraquezas humanas”*. Muito obrigado por terem me ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Nenhuma pergunta mais? *(Pausa.)*

Agradecemos a presença à testemunha, Sr. Otávio Nolasco de Farias. Queria cumprimentá-lo. O senhor está dispensado.

Ainda temos um requerimento. Gostaria de saber se os senhores gostariam... *(Pausa.)* Ainda não? *(Pausa.)* Perfeito.

Encerramos, agradecendo a presença...

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – O senhor gostaria de deixar algum material?

O SR. OTÁVIO NOLASCO DE FARIAS – Gostaria de deixar em vossas mãos toda a documentação, para que houvesse uma análise posterior e daí extraíssem o melhor.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Antonio Carlos Mendes Thame) – Muito obrigado. Agradecemos a presença às testemunhas, aos Parlamentares, aos assessores e aos demais presentes.

Declaramos encerrada a presente reunião e convocamos os senhores para a próxima reunião ordinária, no dia 26 de outubro, às 14h30min, neste mesmo plenário.

Está encerrada a reunião.